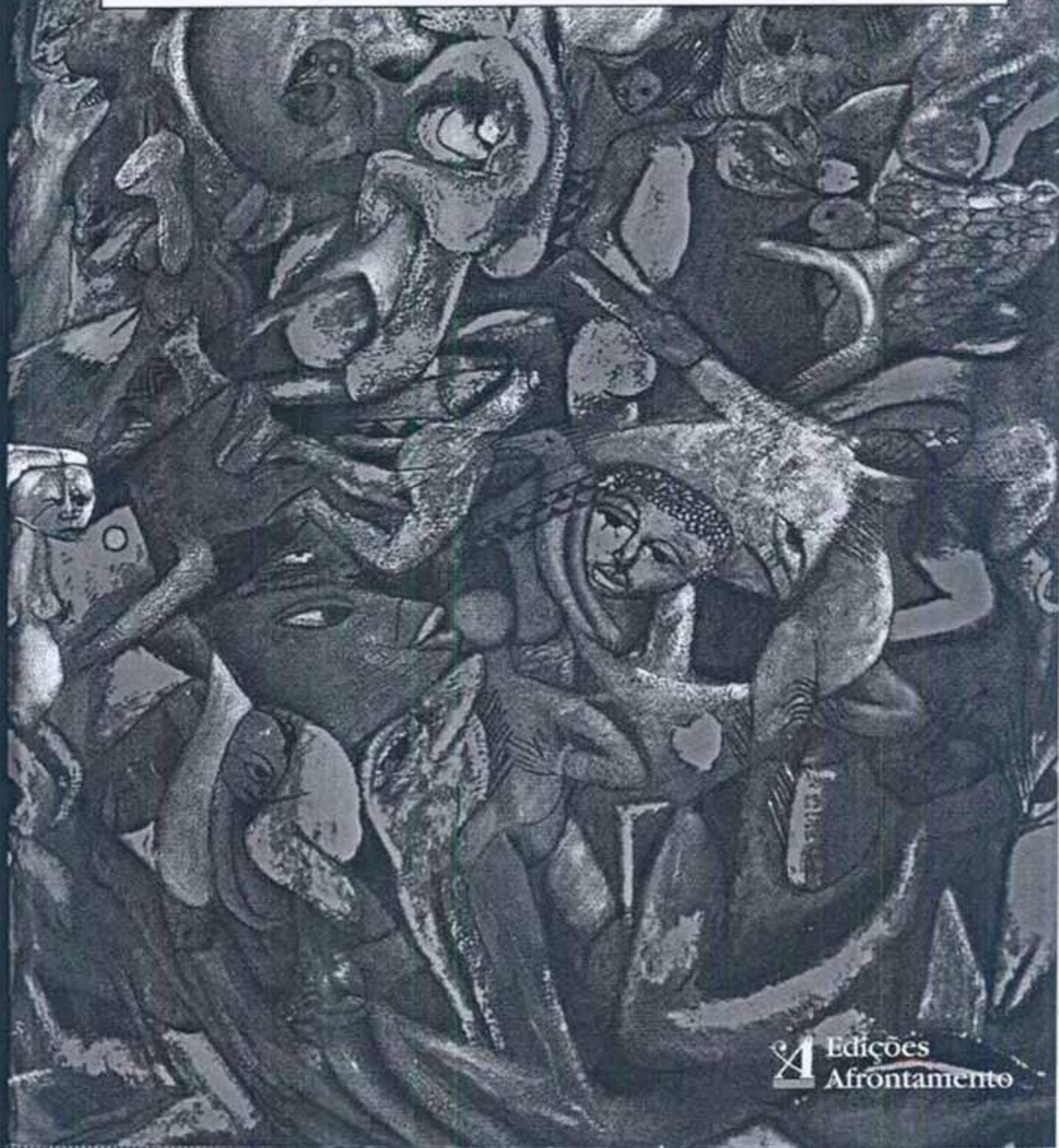


1º VOLUME

Boaventura de Sousa Santos  
João Carlos Trindade [organizadores]

# CONFLITO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique



Edições  
Afrontamento

Boaventura de Sousa Santos  
João Carlos Trindade [organizadores]

# CONFLITO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique

1º VOLUME

Ana Maria Loforte  
André Cristiano José  
António Alberto da Silva Francisco  
Boaventura de Sousa Santos  
Conceição Gomes  
Conceição Osório  
Eulália Temba  
Guilherme Mbilana  
João Carlos Trindade  
João Paulo Borges Coelho  
João Pedroso  
Joaquim Fumo  
José Guilherme Negrão  
Luis de Brito  
Maria Manuel Leitão Marques  
Maria Paula Meneses  
Rafael da Conceição  
Teresa Cruz e Silva  
Terezinha da Silva e Maria Paula Meneses  
[colaboração especial]



DANIDA



# ÍNDICE GERAL

## I VOLUME

Índice de quadros, figuras, fotografias e mapas do I volume	21
Nota sobre os autores	27
Lista de acrónimos	29
Prefácio	33
<i>Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade</i>	
Introdução Geral	37
<i>Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade</i>	

## PARTE I: O ESTADO E OS SISTEMAS DE JUSTIÇA: QUADRO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Capítulo 1 – O Estado heterogéneo e o pluralismo jurídico	47
<i>Boaventura de Sousa Santos</i>	
Introdução	47
1. Pluralismo jurídico, interlegalidade e hibridação jurídica	48
2. Pluralidade jurídica em Moçambique	61
2.1. Pluralismo jurídico interno	63
2.2. O Estado entre a globalização e a localização: justiças comunitárias e autoridades tradicionais	71
Os tribunais comunitários	71
Justiças comunitárias multiculturais e pluriétnicas: o caso das autoridades tradicionais	73
3. Conclusão	86
Referências bibliográficas	88

**Capítulo 2 – Rupturas e continuidades nos processos políticos e jurídicos** 97

*João Carlos Trindade*

Introdução	97
1. O Governo de Transição e a preparação para a independência (1974-75)	98
2. Do pós-independência à reforma da Organização Judiciária (1975-78)	104
3. Apogeu e declínio da experiência socialista (1978-1992)	109
4. Do Acordo de Paz aos nossos dias (1992-2000)	118
5. Notas conclusivas	123
Referências bibliográficas	125

**Capítulo 3 – Metodologia** 129

*Boaventura de Sousa Santos, João Carlos Trindade, Maria Manuel Leitão Marques, Conceição Gomes, João Pedroso, André Cristiano José, Guilherme Mbilana, Joaquim Fumo e Maria Paula Meneses*

Introdução	129
1. O sistema judicial oficial (Tribunal Supremo, Tribunais Provinciais e Tribunais Distritais)	131
2. Os Tribunais Comunitários	133
3. As autoridades tradicionais	135
4. Conclusão auto-reflexiva	136
Referências bibliográficas	138

**PARTE II: O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DOS SISTEMAS DE JUSTIÇA**

**Capítulo 4 – Reestruturação económica e desenvolvimento** 141

*António Alberto da Silva Francisco*

Introdução	141
1. Enquadramento geral	142
2. A evolução do crescimento económico e do padrão de vida: 1960 a 1998	145
2.1. A reestruturação económica colonial: 1965-1974	146
Independência económica antes da independência política?	147
Como foi conseguido o rápido crescimento económico?	150
Rápido crescimento económico, mas lento desenvolvimento humano	153
2.2. A reestruturação económica socialista: 1975-1984	155
Eliminação da burguesia interna existente, criação de uma nova	155
O planeamento centralizado e administrativo da economia	157
'Quem não sonha acabar com as bichas?'	158
Crescimento económico negativo, lento desenvolvimento humano	160
Estamos perto de acordar quando sonhamos que sonhamos	161
2.3. Reestruturação económica capitalista: 1985-1994	162
O nível mais baixo de sempre da crise económica: o ano de 1993	162
Apoio e consolidação das forças económico-sociais minoritárias nacionais	163
Do planeamento de cima para baixo ao planeamento de fora para dentro	164
Endividamento e dependência da ajuda e do investimento externos	165
3. O balanço das reestruturações económicas e do desenvolvimento	166
Recuperação económica na primeira legislatura multipartidária: 1995-1999	168
O actual ranking do mercado moçambicano na SADC – uma interrogação	168
Muitos que têm pouco, poucos que têm muito	169
Crescimento económico rápido, desenvolvimento humano baixo	170
4. Considerações finais	172
Referências bibliográficas	176

<b>Capítulo 5 – Os Moçambicanos, a política e a democracia</b>	<b>179</b>
<i>Luis de Brito</i>	
Introdução	179
1. Uma sociedade politizada?	180
2. Um discurso ‘politicamente correcto’	184
3. Um poder desconhecido	187
4. O reconhecimento das ‘autoridades tradicionais’	189
5. Que democracia?	191
Referências bibliográficas	194

<b>Capítulo 6 – Antigos soldados, novos cidadãos: uma avaliação da reintegração dos ex-combatentes de Maputo</b>	<b>195</b>
<i>João Paulo Borges Coelho</i>	
Introdução	195
1. A desmobilização em Moçambique	196
2. A reintegração em Moçambique	199
3. Em busca de um conceito operativo de reintegração	200
4. Metodologia	202
5. A população ex-combatente de Maputo	202
5.1. A natureza do contingente	202
5.2. A origem do contingente	203
5.3. Perfil dos ex-combatentes de Maputo	206
5.4. O padrão de habitação	207
6. A economia doméstica dos ex-combatentes	208
6.1. A ocupação dos ex-combatentes	208
6.2. A ocupação das esposas dos ex-combatentes	212
6.3. O agregado como unidade	213
7. Que nível de reintegração?	215
7.1. Comparando agregados de ex-combatentes com outros agregados	215
7.2. Comparando a cidade à província	217
7.3. Como os moradores dos bairros encaram os seus vizinhos ex-combatentes	217
7.4. O que os ex-combatentes acham dos programas de reintegração	218
7.5. Os ex-combatentes e a criminalidade	220
7.6. Como os ex-combatentes encaram a política	221
7.7. Como os ex-combatentes se vêem a si próprios: expectativas e vida quotidiana	224
8. Conclusão	226
Referências bibliográficas	228

<b>Capítulo 7 – Sistemas costumeiros da terra</b>	<b>229</b>
<i>José Guilherme Negrão</i>	
Introdução	229
1. Sistema de casamento preferencial	230
2. Sistema de territórios consignados	237
3. Sistema de estabilidade dos descendentes nucleares	240
4. Sistema de segurança de três gerações	244
5. Sistema de dependência do grupo	249
6. Conclusão	252
Referências bibliográficas	255

# REESTRUTURAÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO\*

■ CAPÍTULO 4

□ ANTÓNIO ALBERTO DA SILVA FRANCISCO

## INTRODUÇÃO

O presente capítulo fornece uma descrição dos níveis e, sobretudo, das tendências do crescimento económico e do desenvolvimento humano em Moçambique, na segunda metade do século XX. Três processos de reestruturação da economia e do desenvolvimento do país afiguram-se particularmente relevantes para se compreender as ligações actuais entre economia, desenvolvimento e justiça em Moçambique.<sup>1</sup> O primeiro, na verdade o último da governação colonial portuguesa, refere-se ao período 1960-74; o segundo cobre a primeira década pós-independência, enquanto o terceiro abrange o período 1985-94. No início da década de 1960, o produto interno bruto (PIB) real *per capita* de Moçambique era de cerca de 260 dólares norte-americanos (US\$), tendo aumentado para US\$ 418 em 1973. Embora 1973 tenha sido o melhor ano económico de sempre, foi também, o início de uma crise dramática em Moçambique. Não obstante recuperações temporárias, o declínio da economia atingiu, em 1993, o seu nível mais baixo em cinco décadas: 5,4% do nível do PIB real e 3,6% do nível do PIB real *per capita* alcançados em 1973. Após 1993, tem-se vindo a verificar uma recuperação progressiva e, ao que parece, consistente com o crescimento económico. Em 1997, o PIB real ultrapassou o limiar dos 10% do nível de 1973, mas o padrão de vida, medido através do PIB *per capita*, representou apenas cerca 7-8% do nível de 1973.

Um segundo aspecto importante a reter é que as três grandes reestruturações económicas, experimentadas em Moçambique nas últimas cinco décadas, foram incapazes de estabelecer ligações e fluxos fortes, saudáveis e sustentáveis entre o crescimento econó-

---

\* ■ Gostaria de agradecer a oportunidade que tive de discutir esta versão num seminário realizado no Centro de Estudos Africanos, em Maputo, em 1999; em particular, agradeço as valiosas observações de Boaventura de Sousa Santos, Maria Manuel Leitão Marques, João Paulo Borges e Conceição Osório.

1 ■ O termo 'reestruturação' é usado para enfatizar a característica mais importante na economia e desenvolvimento de Moçambique. Isto é, um conjunto de mudanças na produção e no mercado, umas mais radicais e profundas, mais certas e erradas ou mais verdadeiras e falsas do que as outras, mas todas elas visando transformar radicalmente a estrutura, o comportamento e os resultados da economia moçambicana.

mico e o desenvolvimento humano. Os fracassos associados aos três processos de reestruturação parecem estar directamente ligados ao facto de as forças político-económicas que os implementaram serem prisioneiras de ideais de modernidade e de quadros institucionais que não privilegiam o alargamento efectivo das escolhas e oportunidades da maioria da população moçambicana, num contexto de desenvolvimento integrado na diversidade sócio-cultural do país. Tal desenvolvimento implica a reconversão da estrutura, funcionamento, comportamento e resultados da actividade económica em benefício progressivo dos próprios moçambicanos. Este benefício tem um duplo sentido. Por um lado, a satisfação da procura interna e, de forma mais geral, a melhoria das condições de vida e a satisfação progressiva do bem estar da população. Por outro lado, a acumulação progressiva da riqueza, material e financeira, por parte dos moçambicanos, acumulação esta que poderá concretizar-se de forma mais ou menos desigual, dependendo da dinâmica dos grupos sociais dominantes. Em suma, o desenvolvimento humano é concebido como a principal finalidade da actividade social, em vez do crescimento económico. A partir da década de 90, a definição de desenvolvimento como o processo de alargamento das escolhas das pessoas, com vista a permitir-lhes viver uma vida mais longa e saudável, mais instruída e com maior acesso aos recursos necessários para um padrão de vida adequado, tem adquirido um amplo reconhecimento (UNDP, 1990; 1994; 1995; 1996; 1997:14-15). Como afirma Sen (1999), a ideia do desenvolvimento humano triunfou fruto de um descontentamento geral motivado pelas disparidades entre as vidas reais dos ricos e dos pobres.

Em Moçambique, a visão do desenvolvimento humano é útil por duas razões principais. Primeiro, ela ajuda a perceber as ligações entre os fins e os meios das principais dimensões do progresso. Assumindo que as próprias pessoas – incluindo a satisfação das suas necessidades, aspirações e escolhas – devem constituir a finalidade mais nobre dos esforços de desenvolvimento, o crescimento económico deve ser visto como meio indispensável e decisivo para a realização de tal objectivo (UNDP, 1990, 1996; Ramirez *et al.*, 1998; Ranis & Stewart, 1999). Segundo, embora o desenvolvimento humano e o crescimento económico de Moçambique tenham figurado entre os principais objectivos de todos os governos do pós-independência, a sua concretização tem permanecido aquém das expectativas e intenções declaradas.

### 1. ENQUADRAMENTO GERAL<sup>2</sup>

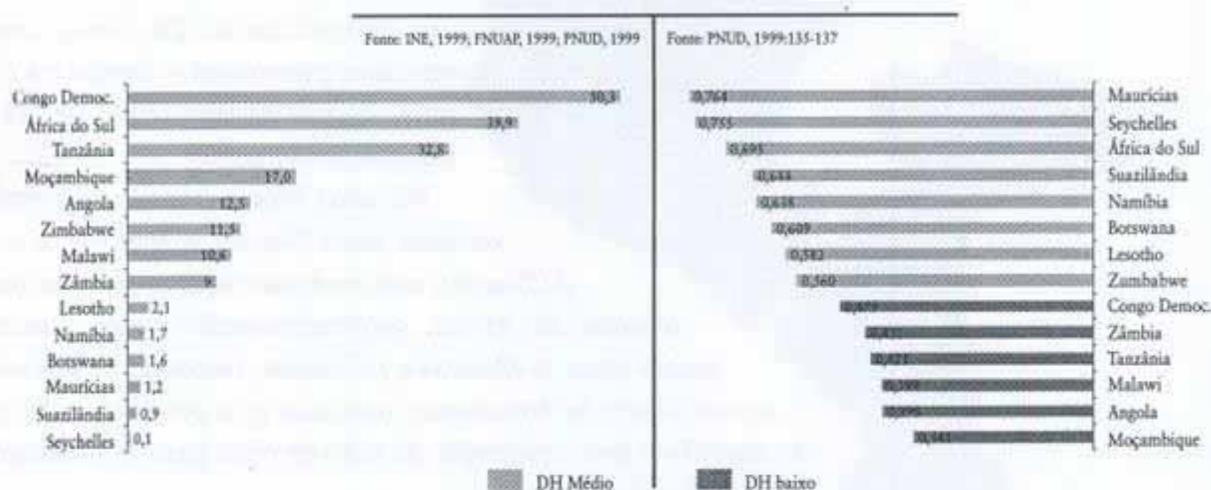
Moçambique é o quarto país mais populoso entre os 14 países que compõem a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Como a figura 1 mos-

---

2 ■ Informações mais detalhadas sobre dados estatísticos do país são apresentadas em anexo.

tra, em conjunto, os quatro países mais populosos da zona (Congo Democrático, África do Sul, Tanzânia e Moçambique) totalizam mais de 70% dos cerca de 200 milhões de habitantes dos países membros da SADC (INE, 1999; FNUAP, 1999; UNDP, 1997, 1998, 1999).

FIGURA 1: POPULAÇÃO DA ÁFRICA AUSTRAL<sup>3</sup> (ESQUERDA) E IDH (DIREITA) PARA 1999



Por seu turno, em termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Moçambique ocupa a última posição na SADC; a nível mundial, encontra-se entre os dez países com mais baixo desenvolvimento humano.

Este baixo índice de desenvolvimento humano deve-se ao baixo nível dos seus componentes: a esperança média de vida à nascença, estimada em 42.3 anos; a taxa de alfabetização adulta, 39,5%; a escolaridade bruta conjunta, 32%; o PIB *per capita* de US\$ 199 (INE, 1999; World Bank, 1999b).

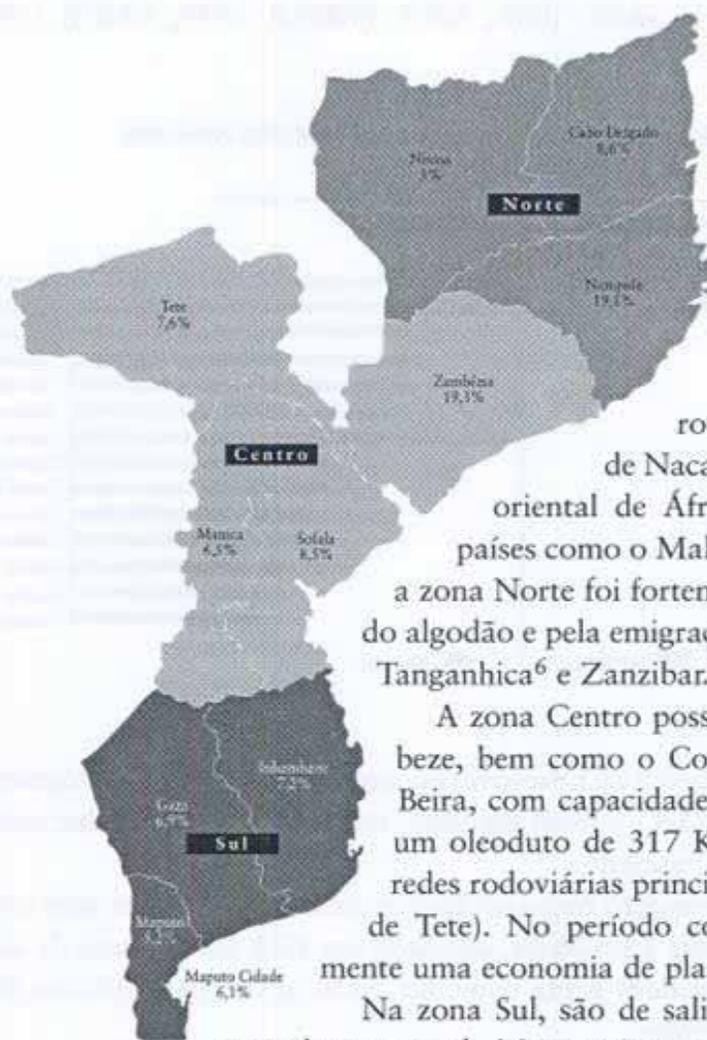
O Mapa 1 apresenta a distribuição da população segundo três grandes regiões – Norte, Centro e Sul – e a subdivisão do país em 11 províncias administrativas.

A subdivisão em três grandes zonas tem sido usada, desde o período colonial, por razões tanto geográficas como históricas e económicas. Mais recentemente, os chamados mega-projectos e corredores de desenvolvimento seguem igualmente esta subdivisão.<sup>4</sup> No debate político, acesas controvérsias têm sido geradas pelos desequilíbrios

3 ■ SADC, em milhões de habitantes.

4 ■ Na zona Sul, nomeadamente em Maputo e Gaza, destacam-se os projectos de fundição de alumínio da Mozal, a indústria de ferro e aço de Maputo, a construção na Ponta Dobela, e o projecto de extracção de areias pesadas (titânio). No Centro, nomeadamente em Sofala, existe o projecto de fundição de alumínio da Beira, os projectos de ferro e a Zona Franca da Beira.

MAPA 1: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO (1987)



regionais, criticando-se o facto de a região sul do país ser favorecida em termos de alocação de investimentos.<sup>5</sup>

Cada uma das três zonas possui recursos e potencialidades naturais específicas, bem como características culturais diversificadas. De notar, contudo, que duas províncias – Zambézia e Nampula – concentram cerca de 38% da população do país.

Na zona Norte destaca-se a linha ferroviária entre Nacala e Malawi, e o Porto de Nacala, com as águas mais profundas na costa oriental de África, proporcionando acesso marítimo a países como o Malawi e a Zâmbia. Antes da independência, a zona Norte foi fortemente marcada pela produção obrigatória do algodão e pela emigração de mão de obra para as plantações do Tanganhica<sup>6</sup> e Zanzibar.<sup>7</sup>

A zona Centro possui a rica bacia hidrográfica do rio Zambeze, bem como o Corredor da Beira (que integra o Porto da Beira, com capacidade para 7,5 milhões de toneladas por ano; um oleoduto de 317 Km, entre a Beira e o Zimbabwé; e duas redes rodoviárias principais para o Zimbabwé e para a Província de Tete). No período colonial esta zona desenvolveu principalmente uma economia de plantações, sobretudo no Vale do Zambeze.

Na zona Sul, são de salientar o Corredor de Maputo, que compreende o porto de Maputo (com capacidade para manusear 14 milhões de toneladas por ano), três redes ferroviárias, duas redes rodoviárias (uma para a África do Sul e a outra para a Suazilândia), e os promissores projectos económicos em colaboração com a África do Sul. Com repercussões na economia da região é de destacar o facto de há mais de um século milhares de trabalhadores, oriundos de Gaza e Inhambane, emigrarem para as minas da África do Sul.

5 ■ Por exemplo, Aloni (1999:4) questionava num jornal moçambicano a decisão governamental de construir o porto de Dobela, no extremo sul da Província de Maputo. Aloni contesta o facto da Zambézia, uma das províncias mais ricas do país, continuar a enfrentar graves problemas para escoar os seus produtos. O articulista considerava este porto um exemplo do retorno aos projectos colonialistas da década de 60, os quais beneficiavam principalmente os interesses vizinhos, o 'hinterland' da África Austral.

6 ■ O Tanganhica e Zanzibar formaram, ainda na década de 1960, a República Unida da Tanzânia (N.E.).

7 ■ Sobre os sistemas de uso da terra presentes no país, veja-se neste livro o Capítulo 7.

Para se entender a situação actual da economia e do desenvolvimento de Moçambique, afiguram-se relevantes três processos de reestruturação económica. Esta periodização toma em consideração aspectos de ordem económica, política, social e histórica. O quadro 1 sistematiza as principais datas de referência, indicando alguns aspectos mais característicos em cada período.

Este capítulo concentrar-se-á nos indicadores económicos e na análise económica e política de cada um desses períodos.

QUADRO 1: CONTEXTO DAS PRINCIPAIS REESTRUTURAÇÕES ECONÓMICAS EM MOÇAMBIQUE, 1965-1999

	REGIME POLÍTICO-SOCIAL	FORMAS DE OPOSIÇÃO POLÍTICA	PLANO ESTRATÉGICO	ECONOMIA
1960-74	Governação colonial portuguesa	FRELIMO – Luta armada de libertação	Planos de Fomento	Serviços e Exportação, mas com um acelerado crescimento industrial e da procura interna
1975-84	Governação monopartidária	MNR – Movimento Nacional de Resistência Luta armada de resistência	PPI – Plano Prospectivo e Indicativo	Estatal e cooperativa administrativamente planificada
1985-92/ /94	Transição para o multipartidarismo	RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique Guerra civil	PRE – Plano de Reabilitação Económica PRES – Plano de Reabilitação Económica e Social	Emergência, donativos e endividamento
1995-99	Governação multipartidária	1ª legislatura multipartidária	Plano quinquenal 1995-99	Economia de exportação

## 2. A EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E DO PADRÃO DE VIDA: 1960 A 1998

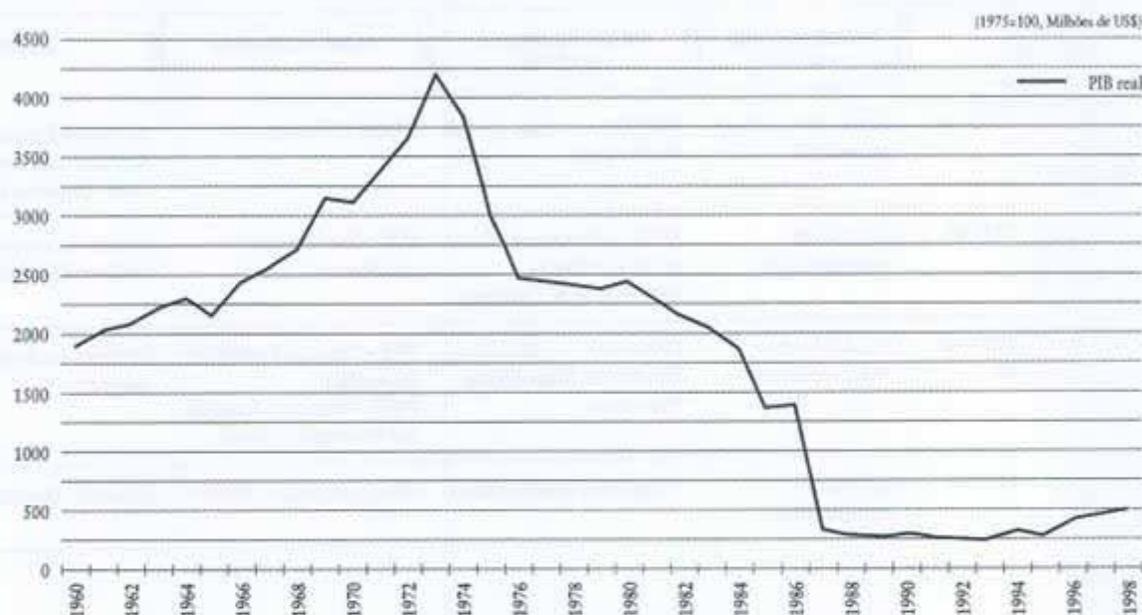
O Produto Interno Bruto (PIB) é um dos indicadores mais importantes na medição da dimensão da economia dum país e na tomada de decisões estratégicas de política económica (designadamente, política de transformação estrutural e desenvolvimento económico).<sup>8</sup> O PIB reúne os valores de todos ou, pelo menos, de grande parte dos produtos e serviços que a economia produz durante um dado ano, independentemente de quem detém os meios de produção.<sup>9</sup>

8 ■ O PIB total *per capita*, ou seja, dividido pelo número de habitantes, é amplamente usado a nível internacional como indicador do padrão de vida. Uma subida no PIB superior ao aumento da população indica uma melhoria do bem-estar económico no país; inversamente, se o PIB real aumenta menos que a população, considera-se que a situação económica do país piorou.

9 ■ Dois indicadores similares ao PIB são o Produto Nacional Bruto (PNB), que representa o total dos rendimentos num país, independentemente da localização dos activos; e o Produto Nacional Líquido (PNL), que é o PNB menos as amortizações. O PNL é o critério mais amplo de avaliação da actividade económica, mas tem pouco valor prático devido aos problemas de contabilização das amortizações. A diferença entre

Obviamente, o maior ou menor realismo do valor do PIB depende da metodologia e da qualidade do sistema de recolha de dados estatísticos. A figura 2 ilustra a evolução do PIB, em volume e a preços constantes de 1975, para o período abrangido pelas reestruturações mais importantes na segunda metade do século XX.<sup>10</sup> Assim, esta análise, envolvendo a comparação de vários períodos, permite captar a história dramática da economia e dos padrões de vida em Moçambique.

FIGURA 2: O PIB DE MOÇAMBIQUE (1960-1998)



### 2.1. A reestruturação económica colonial: 1965-1974

Em Moçambique, a última década do regime colonial é, ainda, o período de maior crescimento económico das últimas cinco décadas. Este crescimento económico está claramente ilustrado na figura 2, onde 1973 se destaca como o ano de maior crescimento económico observado.

O Projecto do IV Plano de Fomento (Presidência do Conselho, 1973) referia que, no início da década de 1960, as Nações Unidas classificavam Moçambique em oitavo lugar,

o PIB e o PNB é, em geral, relativamente pequena mas, a longo prazo, poderá ser aconselhável verificar os rendimentos líquidos do estrangeiro para avaliar se eles estão a fazer com que o PNB cresça mais depressa do que o PIB (*The Economist*, 1994:41-43).

10 ■ Agradeço a José Sulemane os dados e comentários trocados no decurso do cálculo do gráfico da Figura 2. Principais fontes usadas: Hanlon, 1996; Moura & Amaral, 1976; Tibana, 1994; Wold Bank, 1999b.

numa lista de 36 Estados da cintura intertropical africana.<sup>11</sup> Silva (1966:263) e Moura & Amaral (1976:17-19) também referem que as Nações Unidas estimaram o PIB *per capita* em US\$ 139 para 1962, contra uma média total de US\$ 121 para toda a África. Considerado o PIB *per capita* a preços de 1975, representaria cerca de US\$ 251 e 265 em 1960 e em 1962 respectivamente.

Entretanto, para além dos níveis e tendências dos indicadores, existem dois outros aspectos na economia colonial não menos relevantes para a reconstrução económica actual e futura de Moçambique. Um destes aspectos relaciona-se com as fontes e componentes do rápido crescimento económico na última década da governação colonial portuguesa, considerado independentemente dos seus beneficiários. O segundo aspecto relaciona-se com os tipos de ligações existentes entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano.

#### **Independência económica antes da independência política?**

Newitt, longe de fazer uma apologia à governação colonial, questiona, de modo algo politicamente incorrecto, as implicações da política colonial de Salazar e Caetano:

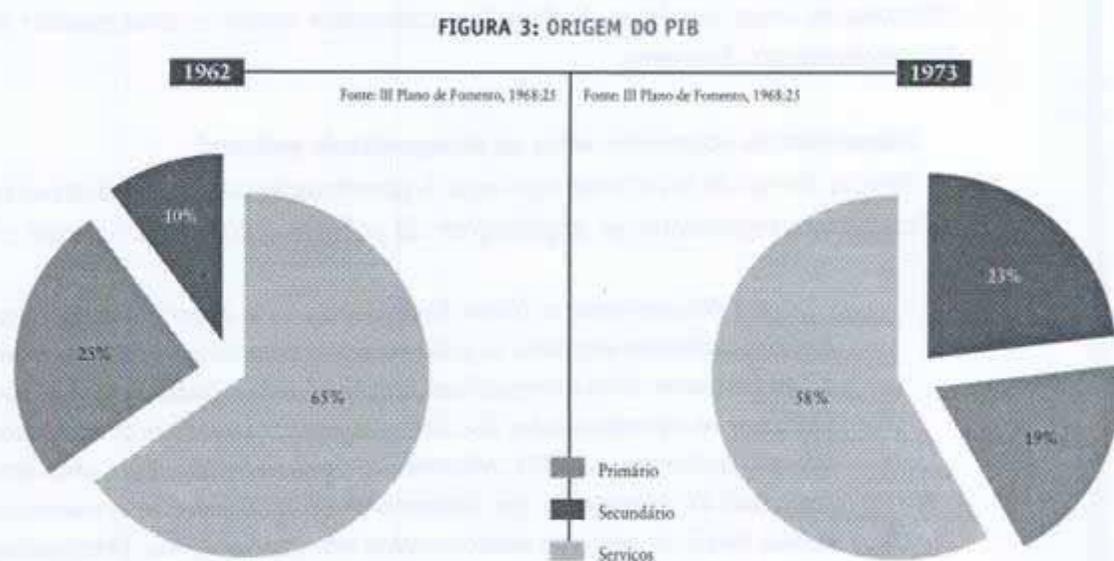
*Para Moçambique o Novo Estado seria uma experiência rigorosa, mas de modo algum totalmente negativa. O país emergiria com uma estrutura unitária e experiência de quase quatro décadas de administração eficaz unificada; enfrentaria também os problemas e as oportunidades do desenvolvimento autárquico. Quando os Portugueses saíram finalmente em 1975, Moçambique possuía uma ampla série de indústrias e uma variedade de exportação que faziam com que o seu futuro económico se apresentasse menos frágil do que o de muitos outros estados em África. [Moçambique] alcançara a independência económica de Portugal antes de atingir a sua independência política (1997:392).*

Este parágrafo não traduz outros factos que o livro inclui: que a independência económica de Moçambique face a Portugal beneficiava essencialmente a população branca e outras minorias de origem euro-moçambicana e asiática (indianos, paquistaneses e chineses). No início da década de 60 a população europeia tinha atingido cerca de 100,000 pessoas. No final do regime colonial esta cifra tinha duplicado (Henriksen, 1978; Newitt, 1997).

De qualquer forma, esta conclusão sumariza uma importante transformação da economia de Moçambique: a sua transformação numa economia crescentemente virada para a satisfação das necessidades internas. Os gráficos da figura 3 ilustram parte desta

11 ■ As estimativas do PIB para os anos 1966-71 a preços de 1963 são extraídas do Projecto do IV Plano de Fomento (Presidência do Conselho, 1973:67).

transformação, indicando as mudanças na decomposição do PIB, comparando o início e o final da última década do regime colonial. Mas já na década de 1960, e diferentemente de muitos países africanos, o sector terciário<sup>12</sup> em Moçambique fornecia a parte mais importante do PIB. Apesar das grandes potencialidades do sector primário, a sua produtividade e rentabilidade eram baixas, enquanto que o sector terciário respondia melhor à procura de serviços pelos países vizinhos: força de trabalho moçambicana e acesso ao mar. Contudo, neste período verificou-se, na composição do PIB, um crescimento do sector secundário, predominantemente nas indústrias transformadoras, e o conseqüente decréscimo dos sectores primário e secundário (ver figura 3).

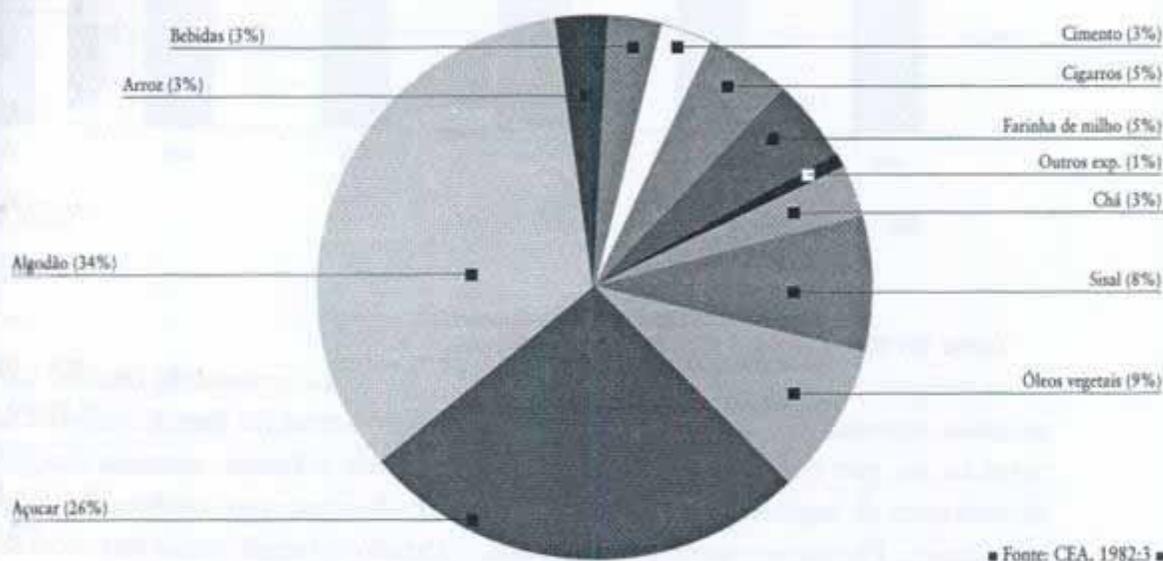


As raízes da transformação da economia de Moçambique numa economia virada para dentro remontam a algumas décadas antes. A década de 1930 foi marcada por acasas controversias sobre a questão da industrialização das colónias, devido à forte oposição dos interesses têxteis portugueses. A partir de 1945 esta resistência seria progressivamente contrariada e enfraquecida pela crescente imigração de colonos brancos, os quais dinamizariam o mercado interno e as actividades industriais, encorajando os grandes bancos portugueses a investirem em Moçambique e a promoverem a expansão da indústria de construção, sobretudo em Lourenço Marques e Beira (CEA, 1982:4; Henriksen, 1978:137; Newitt, 1997:406).

12 ■ O sector terciário inclui actividades de serviços produtivos e não-produtivos, nomeadamente: comércio, transportes, portos e caminhos de ferro, bancos e seguros, habitação, serviços domésticos e turismo, entre outros.

Até à II Guerra Mundial a actividade agro-industrial foi principalmente orientada para a exportação de matérias-primas: açúcar, sisal, chá, algodão, copra, óleo vegetal. Neste período surgia já um pequeno, mas significativo, sector industrial virado para o mercado interno, incluindo produtos de consumo e de materiais de construção fabricados a partir de matérias-primas locais: cimento, água mineral, cerveja, farinha de milho, sabão, cigarros, blocos de cimento, etc. A figura 4 mostra a distribuição da estrutura industrial de Moçambique antes da II Guerra Mundial, quando o algodão e o açúcar totalizavam 60% da produção industrial da colónia.

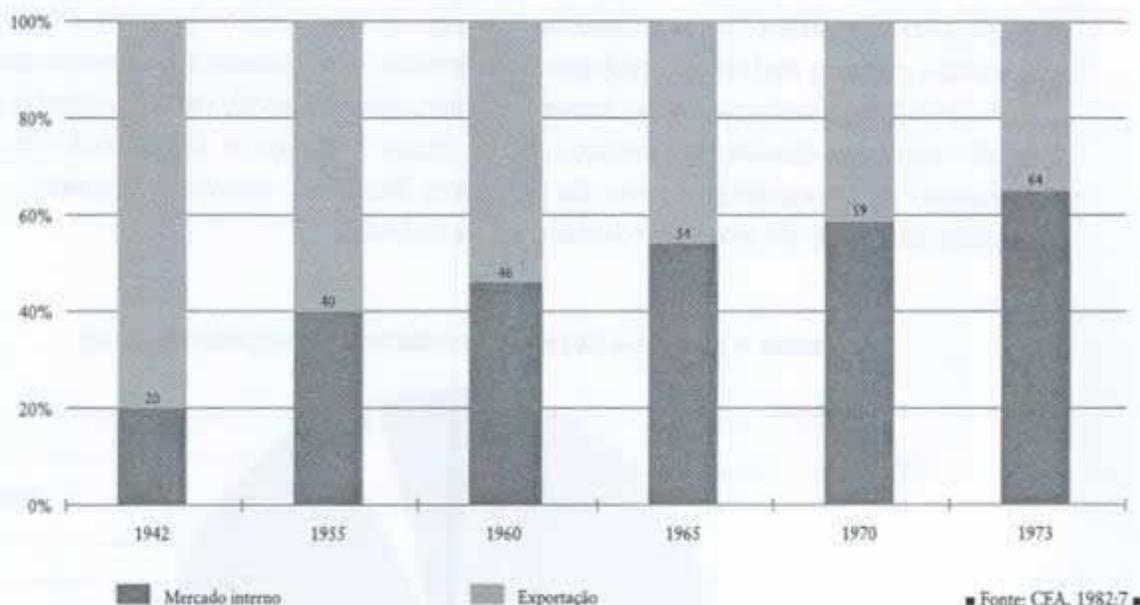
FIGURA 4: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM MOÇAMBIQUE (1942)



A partir da II Guerra Mundial registou-se uma expansão da indústria de exportação. Mas mais significativo ainda foi o rápido crescimento da produção para o mercado interno, conforme ilustra a figura 5.

A expansão da produção virada para o mercado interno foi direccionada principalmente a bens de consumo. Desenvolveram-se, nesse período, as indústrias de moagem de trigo e produção de pão, de descasque de arroz, de sapatos e vestuário, de mobiliário, papel e tipografias, de cimento, pregos e outros produtos metálicos, de construção de máquinas e alfiéis agrícolas e de reparação de automóveis. Em 1973, com apenas 2% da população de África, Moçambique contribuía com quatro por cento da produção industrial total do continente. Também em 1973 o sector industrial ocupava cerca de 100.000 trabalhadores, contra, por exemplo, 65.000 na Costa do Marfim e 130.000 no Quénia (Abrahamsson & Nilsson, 1994:39; CEA, 1982:4; Newitt, 1997:406-407).

FIGURA 5: CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO PARA O MERCADO INTERNO DE MOÇAMBIQUE (1942-1973)

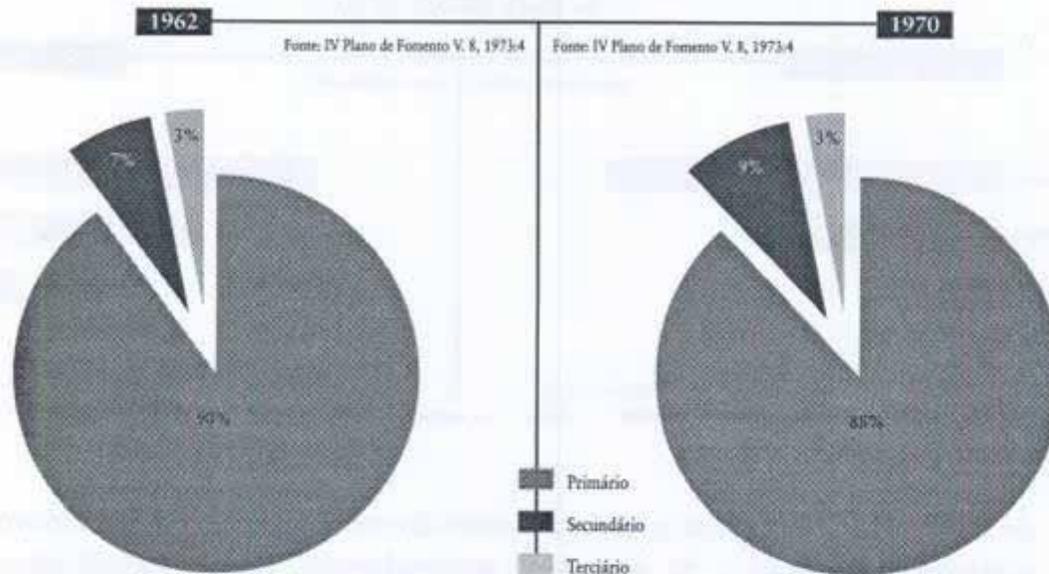


#### Como foi conseguido o rápido crescimento económico?

A viragem da indústria e da economia nacional para o mercado interno não foi um processo espontâneo; apoiava-se numa participação activa do Estado colonial nas estruturas locais, nos concelhos e nas circunscrições, onde o Estado assumia funções não só de cobrança de impostos e recrutamento de mão-de-obra, mas também de planeamento económico. Porque economicamente fraco, o Estado colonial optou por recorrer ao trabalho forçado, ao cultivo forçado de culturas e ao sistema de 'cadernetas' para o controlo dos movimento migratórios (CEA, 1982:10; Mondlane, 1977:77-103; Newitt, 1997:407-410; Gentili, 1999). E aqui reside um dos principais factores da ruína da economia colonial: a marginalização da maioria da força de trabalho dos benefícios do crescimento económico. Comparando os gráficos das figuras 5 e 6 verifica-se que a transformação da estrutura da produção não foi acompanhada por uma mudança idêntica na estrutura da população activa. Enquanto que, entre 1962-1970, a população ocupada no sector terciário se manteve praticamente inalterada, a redução da população ocupada no sector primário foi compensada por um aumento na mesma grandeza no sector terciário. Ou seja, praticamente a mesma percentagem da população activa contribuiu com cerca de 10% do PIB, em 1962, contra 23%, em 1970.

A exploração dos recursos humanos e naturais para a satisfação prioritária das necessidades das famílias portuguesas estabelecidas em Moçambique constituía a preocupação principal da estratégia económica da governação colonial. Apesar do trabalho forçado ter sido abolido oficialmente em 1962, a exclusão e outras formas diversas de

FIGURA 6: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA



discriminação abertamente racista continuaram presentes até ao final do regime colonial. O IV Plano de Fomento, publicado em 1973, reconhecia a exclusão da população do processo de modernização e desenvolvimento económico:

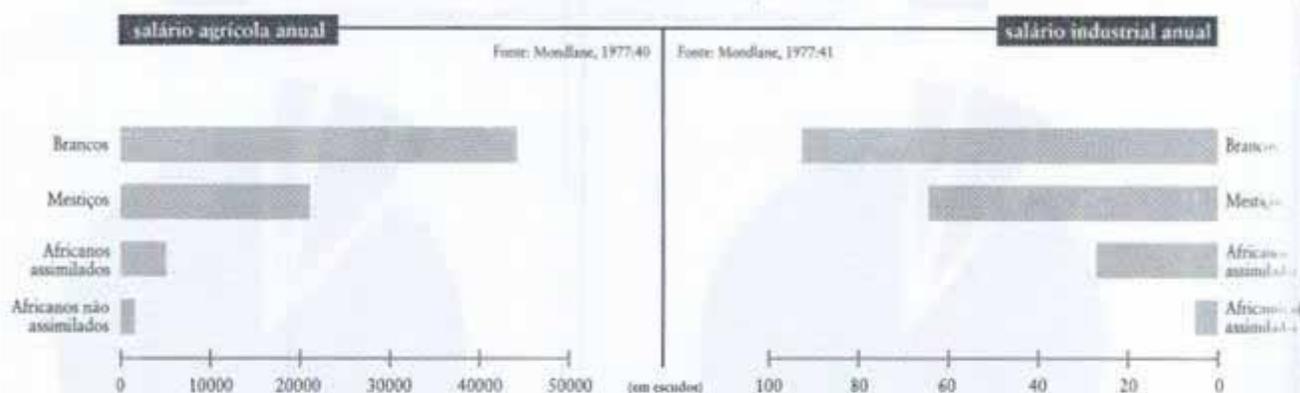
*A manifesta deterioração da situação do emprego na década anterior, mostra bem quanto o sector moderno da economia moçambicana tem sido incapaz de constituir um verdadeiro motor de desenvolvimento global; é pois de esperar em tais condições que o bem-estar da população não tivesse sofrido qualquer melhoria quando tomada em seu conjunto (Ferreira et al., 1973:2).*

Poucos anos antes, Mondlane denunciava a humilhante discriminação racial a que estava sujeita a grande maioria dos moçambicanos, excluídos dos benefícios do crescimento económico. A figura 7 evidencia a estratificação salarial racista dominante na época.

A partir da década de 1930, o planeamento económico foi outra área importante da intervenção do Estado, a partir da década de 1930. Em 1937, foi publicado o primeiro plano de fomento sexenal, financiado principalmente pelos excedentes acumulados e pelas receitas dos portos e caminhos de ferro. Até finais da década de 1950 os planos de fomento reflectiam a crença de Salazar<sup>13</sup> de que a melhor via para o desenvolvimento

13 • Primeiro Ministro de Portugal até meados da década de 1960 (N.E.).

FIGURA 7: ESTRUTURA SALARIAL EM MOÇAMBIQUE COLONIAL, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO RACIAL DA ÉPOCA (DÉCADA DE 60)<sup>14</sup>



de Moçambique se deveria processar através do melhoramento das infra-estruturas (ferroviárias, portuárias) e da actividade agro-industrial. Foram identificados pólos de desenvolvimento económico nas três principais zonas de Moçambique: o caminho de ferro até à Ilha de Moçambique e o porto de Nacala a Norte; o caminho de ferro de Tete e o aproveitamento do rio Zambeze no Centro; e o esquema de irrigação do Vale do Limpopo e Umbeluzi no Sul (Newitt, 1997:402).

Na década de 1950, dois novos planos sexenais foram elaborados para os períodos de 1953-58 e 1959-64. Estes planos seriam conhecidos como o Primeiro e Segundo Planos de Fomento. Existiram ainda o Terceiro Plano de Fomento – cobrindo os anos 1968-73, bem como um plano intercalar, conhecido como Plano Intercalar de Fomento (1965-1967).

A partir de meados do século XX, as circunstâncias políticas a nível internacional alteraram-se com o início do processo de descolonização nas colónias inglesas e francesas. Como consequência, o Segundo Plano era já a favor da criação de projectos politicamente orientados. Foram programados vários estudos científicos (geologia, solos, cartografia), bem como se desenvolveram várias pesquisas sobre nutrição, educação e produtividade económica da população indígena. O plano previa igualmente o desenvolvimento maciço da agricultura de irrigação, ligada às barragens do Limpopo, Incomati e Révué, para além da expansão das infra-estruturas ferroviárias e portuárias. Finalmente, e pela primeira vez na história de Moçambique, criou-se um programa para a educação e saúde, ao qual se atribuiu mais de 14% do investimento total planeado.

14 ■ A noção de 'assimilado' refere-se aos africanos que tinham assumidos os valores culturais 'europeus' modernos. Até à extinção do regime do indigenato, aos assimilados era garantido o estatuto de cidadão, em oposição ao indígena, não assimilado (N.E.).

Depois do Plano Intercalar, o Terceiro Plano de Fomento – abrangendo os anos 1968-1973 – foi implementado, tendo atribuído cerca de 11% do investimento total para a educação e investigação, habitação, urbanização e saúde. O Quarto Plano de Fomento para 1974-79 foi elaborado mas não implementado devido à descolonização e independência política de Moçambique.

#### **Rápido crescimento económico, mas lento desenvolvimento humano**

O crescimento económico, só por si, não é suficiente, nem tão pouco está automaticamente ligado ao desenvolvimento humano. A longo prazo, a estabilidade, segurança e bem estar da população dependem, essencialmente, da coesão e solidez entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano. Se, no futuro, o crescimento económico beneficiar principalmente a procura externa, ou uma procura interna por uma minoria africana alienada da maioria da população, dificilmente se poderá prever melhorias significativas no desenvolvimento humano em Moçambique.

O elevado crescimento económico registado na última década do regime colonial apenas beneficiou marginalmente a população moçambicana. Com um dos melhores crescimentos económicos em África, a população moçambicana possuía um dos mais baixos níveis de desenvolvimento humano do seu continente e do mundo em geral (figura 8).

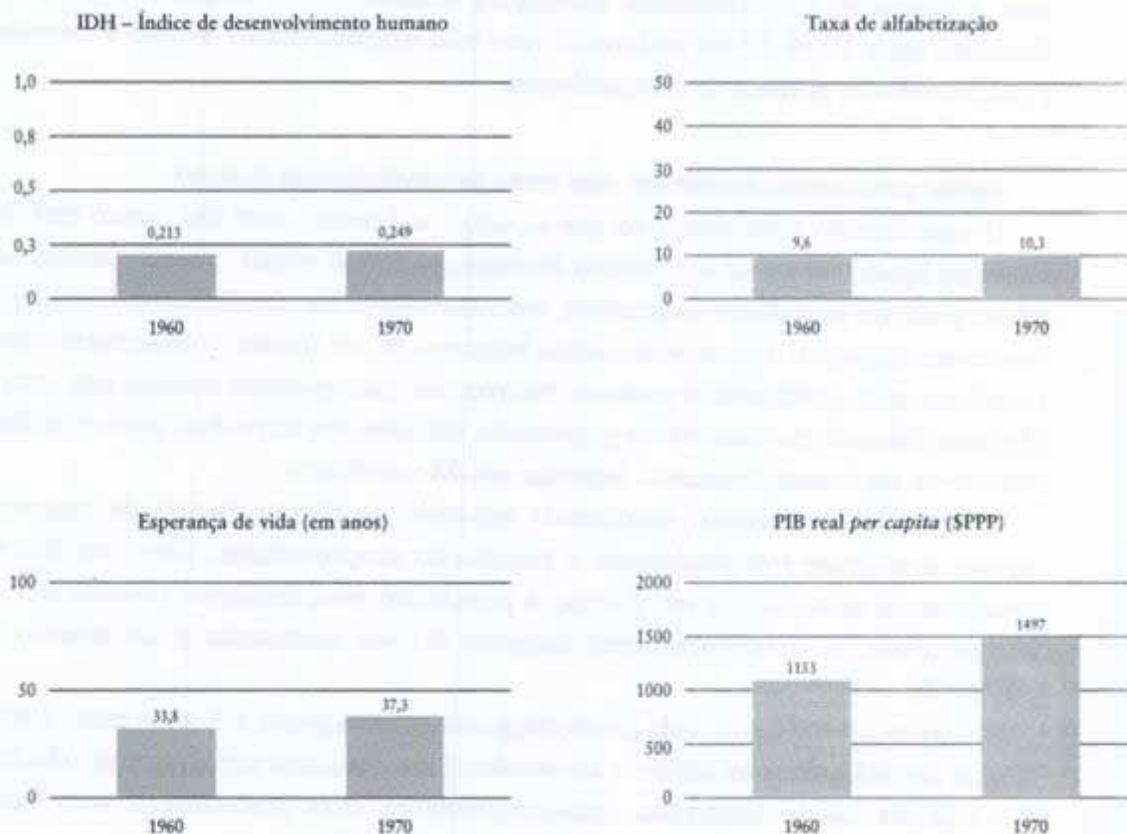
A esperança média de vida à nascença aumentou apenas 3.5 anos entre 1960 e 1970. A taxa de alfabetização adulta e de escolaridade conjunta praticamente não mudou. O PIB real *per capita* aumentou significativamente, mas praticamente sem ligação nem impacto no desenvolvimento humano geral da população.

Na verdade, nunca foi prioridade do Estado colonial melhorar o desenvolvimento humano da população de Moçambique.

Para além da exploração intensiva da força de trabalho, recorrendo ao trabalho obrigatório e ao cultivo forçado, a exclusão e humilhação das elites nacionais pelo regime político e administrativo viriam a motivar a criação de um movimento nacionalista, batendo-se pela independência. Em vez de um processo gradual de eliminação da exploração e discriminação racial, a recusa do regime português em conceder a autodeterminação a Moçambique, no início da década de 1960, criou condições para a emergência de uma força política e militar como a Frelimo, apostada em destruir o sistema colonial e romper com o próprio sistema capitalista.

*A libertação não significa para nós simplesmente a expulsão dos Portugueses; significa reorganizar a vida do país e lançá-la na vida do sólido desenvolvimento nacional. Para isto é necessário tirar o poder político das mãos dos Portugueses, visto que estes se opuseram sempre ao progresso social e estimularam somente aquele desenvolvimento económico que podia beneficiar uma elite pequena e quase exclusivamente*

FIGURA 8: DESENVOLVIMENTO HUMANO EM MOÇAMBIQUE, 1960-1970



*estrangeira. Mas o movimento de libertação não poderá reivindicar o êxito até que, através dele, o povo consiga o que os Portugueses lhe recusaram: nível de vida tolerável; instrução; condições de desenvolvimento económico e cultural; oportunidades de participar no seu próprio governo (Mondlane, 1977:248).*

Isto certamente não teria acontecido, como escreve Serra (1993:3), se a independência surgisse, em qualquer momento, até ao início da década de 70, quando a linha radical no seio da Frelimo cimentou o seu poder.

Em suma, a primeira reestruturação económica aqui considerada, na verdade a última do regime colonial, falhou porque a governação colonial portuguesa recusou-se a promover o progresso social da população e, sobretudo, de uma burguesia nacional, minimamente capaz de evitar que a eliminação do sistema colonial conduzisse à destruição do sistema de mercado capitalista existente. A intransigência política do regime colonial motivou a emergência duma oposição à sua imagem e semelhança.

## 2.2. A reestruturação económica socialista: 1975-1984

No início da década de 1970, o PIB *per capita* de Moçambique era cerca de 70% do PIB médio *per capita* da África sub-sahariana.<sup>15</sup> Mas se o ano de 1973 foi o pico do crescimento económico em Moçambique, também foi o prelúdio da sua crise mais prolongada. Em 1973, a crise internacional do petróleo provocou a primeira grande queda nos investimentos realizados na segunda metade do século XX. Mas mais grave ainda foi, a partir de 1974, a forma como o processo de descolonização ocorreu, conduzindo à destruição completa do sistema colonial e à ruína do sistema de mercado capitalista do país.

Em 1975 o PIB real de Moçambique representava 71% do nível atingido em 1973. Nos anos seguintes o Governo da Frelimo fixou os níveis económicos de 1973 como meta a atingir e ultrapassar, o que representou uma grosseira subestimação das implicações da ruptura na estrutura económica e política que, simultaneamente, se estava a implementar.

Ainda que se tenha conseguido conter a crise momentaneamente, em 1980, o PIB representava apenas 80% do nível de 1975 e menos de 60% do nível de 1973. Uma década depois da independência, o PIB real tinha baixado para apenas um terço do nível atingido em 1973 (figura 2).

Por seu turno, o PIB *per capita* diminuiu de US\$ 418, em 1973, para 284, em 1975, 201, em 1980, e 145, em 1984. Após ajustamentos para as variações temporais no poder de compra, dez anos depois da independência o PIB real tinha diminuído para cerca de metade do nível atingido em 1973.

### Eliminação da burguesia interna existente, criação de uma nova

A independência política de Moçambique, em 1975, resolveu a conflituosidade principal que opunha o colonizado ao colonizador, abrindo campo para a realização das principais dimensões do desenvolvimento humano que os portugueses negligenciaram.

No decurso da luta pela independência, a Frelimo acumulou uma enorme capacidade política de agir e justificar tudo aquilo de que se apropriou em nome do povo. Já no final da década de 60, ao explicar a sua visão para o futuro do país, Mondlane escrevia:

*O governo de qualquer país em vias de desenvolvimento tem como finalidade oficial o progresso económico e social assente em largas bases. Creio que uma das condições necessárias para o conseguir é eliminar as forças económico-sociais que favorecem as minorias. Por isto não entendo apenas minorias raciais: estas perderão automaticamente os seus privilégios especiais quando se fundar um Estado africano. Em muitos aspectos existe grande perigo na formação de grupos africanos privilegiados;*

15 ■ A UNDP (1997:160) estimou o PIB médio *per capita* da África sub-sahariana, para 1970, em US\$ 598.

*instruídos dum lado, ignorantes do outro; operários fabris dum lado, do outro camponeses. Paradoxalmente, para evitar a concentração de riqueza e serviços em pequenas áreas do país e nas mãos de poucos, é necessário um forte planeamento central (1977:250).*

Como previu Mondlane, as minorias raciais perderam os seus privilégios antes mesmo da fundação do Estado moçambicano. Imediatamente após o fim da guerra, os discursos políticos triunfalistas, particularmente na famosa viagem de Samora Machel do Rovuma ao Maputo, tornaram-se «*um verdadeiro libelo acusatório contra a comunidade branca e um convite indisfarçado à sua partida*» (Serra, 1993:32).

Como resultado, em meia dúzia de meses milhares de colonos que controlavam a actividade administrativa, económica e sobretudo de comercialização dos produtos rurais abandonaram o país. A população rural ficou, repentinamente, privada da rede de distribuição comercial dos seus produtos assim como dos bens e serviços de que necessitava.

Por sua vez, o Acordo de Lusaka de 1974, que permitiu a transferência rápida do poder para a Frelimo, sem eleições prévias e com apenas nove meses de Governo de transição, deixou muitas questões mal resolvidas ou mesmo por resolver: «*A posição dos colonos e das suas propriedades não recebeu quaisquer garantias; não se tomaram nenhuma decisões sobre o activo português ou eventuais indemnizações*» (Newitt, 1997:463).

O entusiasmo pela independência e a popularidade da Frelimo foram suficientes para facilmente eliminar quaisquer reacções ou formas de oposição, política ou ideológica, tanto das minorias brancas como negras (Abrahamsson & Nilsson, 1994:36). De igual modo, e pelo menos nos primeiros anos pós-independência, o êxodo maciço dos especialistas e profissionais portugueses e moçambicanos não parece ter sido motivo de preocupação, a contar pela intransigência e confiança da liderança política e governamental. Os que passaram a ocupar as posições deixadas vagas, ou estavam convencidos que uma grande determinação moral e ideológica compensaria a sua inexperiência, ou aperceberam-se da oportunidade única que repentinamente tinha surgido. No final de contas, existia, pelo menos, o estímulo dos benefícios que os bens e posições de poder abandonados nas instituições estatais e empresas intervencionadas e nacionalizadas oferecia.

A Frelimo não perdeu tempo em estender a todo o país as políticas que concebeu durante dez anos de luta pela independência. Desde a Constituição da República Popular às políticas específicas que implementou imediatamente a partir de 25 de Junho de 1975, a finalidade e o modelo da nova sociedade foram explicitamente delineados.

A visão do futuro para Moçambique assentava em dois pressupostos centrais: eliminar as forças económico-sociais que favoreciam as minorias, para evitar que estas concentrassem a riqueza, e instituir um planeamento central administrativo forte. Estes

pressupostos foram os pilares principais da reestruturação económica implementada entre 1975-1984.<sup>16</sup>

Para a concretização do primeiro objectivo a Frelimo tomou medidas concretas, nacionalizando as principais áreas económicas e sociais: terra, banca, prédios, saúde, educação, advocacia e agências funerárias. Estas acções visaram eliminar os privilégios tanto das minorias brancas como das potenciais minorias de moçambicanos melhor posicionadas na altura para substituir as minorias destruídas. Por isso, as nacionalizações abrangeram tanto as propriedades, prédios e unidades económicas abandonadas pelos portugueses, como as actividades com fins lucrativos dos moçambicanos existentes nas áreas económico-sociais. No caso particular da agricultura, enquanto que em 1977 o sector estatal agrícola ocupava cerca de 60 mil hectares, em 1978 já tinha atingido os 100 mil hectares. No sector industrial o Estado tomou conta de cerca de metade das 570 empresas industriais registadas (Abrahamsson & Nilsson, 1994:52; Serra, 1993:74-75).

Enquanto o entusiasmo político e revolucionário do momento ocultou, pelo menos na aparência, os ressentimentos e ambições das pessoas lesadas pelas nacionalizações, os bens e propriedades que o Estado tomou encontraram imediatamente outros beneficiários. Estes mesmos beneficiários iriam constituir o núcleo das novas forças económico-sociais, minorias privilegiadas em emergência, ou seja, o grupo social que Serra (1993:iv) designa por 'burguesia de Estado' constituída em torno do 'complexo político-burocrático': o aparelho político (o Partido Frelimo) e o burocrático (a administração pública), bem como as Forças Armadas e as empresas estatais.

A transformação da Frelimo num partido marxista-leninista, bem como a radicalização das directivas económico-sociais a partir do III Congresso (1977) e o Plano Prospectivo e Indicativo (PPI) de 1979, reafirmaram e legitimaram as políticas e acções que vinham sendo implementadas desde a independência. A estratégia de desenvolvimento foi delineada em torno de três eixos fundamentais: socialização e criação de aldeias comunais no campo, industrialização do país e formação da força de trabalho (Machel, 1983:32). Porém, as forças político-burocráticas dominantes acabaram por conquistar o controlo dos meios e dos mecanismos de produção necessários para assegurarem a sua sobrevivência e reprodução.

#### **O planeamento centralizado e administrativo da economia**

A segunda condição central para a reestruturação económica está relacionada com a forma como a Frelimo pretendia evitar a concentração de riqueza e de serviços em pequenas áreas do país e nas mãos de poucos. Isto é, através de um forte planeamento central, administrativo e estatal das principais actividades económicas e sociais do país.

16 ■ Sobre o tema veja-se igualmente os capítulos 2 e 5 deste livro.

Parafrazeando Landes (1999:495), a lógica do planeamento central era perfeita: especialistas e autoridades centrais planeavam, enquanto os entusiastas competiam com zelo, a tecnologia domesticava a natureza, o trabalho libertava as pessoas e os benefícios eram distribuídos equitativamente por todos; de cada um, segundo o seu trabalho e capacidades, a cada um, segundo as suas posições e convicções e, eventualmente, as suas necessidades.

Na prática, o Estado substituiu os principais agentes e mecanismos do mercado colonial-capitalista por um controlo administrativo dos preços da maioria dos produtos essenciais (alimentares e não alimentares), dos salários, das taxas de juro, de todo o sistema financeiro e de direcção e gestão de empresas. Todavia, a intervenção governamental no controlo e regulação dos preços agrícolas e de comercialização não é, por si só, uma prática exclusiva do sistema de planeamento central socialista. O governo colonial, com política e ideologia diferentes, vinha controlando os preços de uma vasta gama de produtos e a diferentes níveis: ao nível da produção, da comercialização e da venda ao consumidor; possuía também um sistema de preços diferenciados de acordo com a região do país, qualidade do produto e margem de lucro.

No caso do planeamento central socialista, a diferença foi a grande ênfase administrativa em detrimento dos custos reais e da viabilidade económica das políticas e programas implementados. O Governo instituiu o chamado Plano Estatal Central (PEC), onde a distribuição dos investimentos e as metas de produção assumiam força de lei, embora assentando em critérios predominantemente administrativos, impregnados de arbitrariedades políticas e ideológicas.

A inoperância e ineficiência do planeamento central começou a tornar-se visível na contradição entre a retórica e as metas fixadas, por um lado, e o comportamento e os resultados efectivamente obtidos, por outro.

Entre 1975 e 1980, o Governo fixou as suas metas tendo em vista atingir os níveis de 1973. Mas, como revela a figura 2, com o andar dos tempos aumentou o abismo entre o planeado e o realizado. As poucas excepções a esta tendência duraram pouco e foram elas próprias absorvidas pelo progressivo estrangulamento da economia nacional e o seu isolamento do sistema internacional dominante.

#### **'Quem não sonha acabar com as bichas?'**<sup>17</sup>

Os discursos da liderança governamental não eram indiferentes ao agravamento das condições de vida da população. «*Quem dos senhores deputados não sonha com a felicidade da criança moçambicana? Quem não sonha acabar com as bichas? Levantem o*

17 ■ Em Moçambique, 'bicha' corresponde ao que noutros países de expressão portuguesa significa 'fila' de pessoas.

*braço*», ordenava o presidente Machel (1983:104) numa Sessão da Assembleia Popular, no início da década de 1980, dedicada à implementação do PPI. Na mesma sessão, Machel recordou que o PPI nasceu em Agosto de 1979, durante uma Sessão Alargada do Conselho de Ministros, na qual se assumiu o desafio de fazer da década de 1990 a década da vitória contra o subdesenvolvimento. O PPI tinha como objectivos específicos essenciais: (i) promover a radical transformação da estrutura económica e social com a criação de um sector socialista dominante; (ii) promover o aumento do nível de vida da população em geral, com vista à satisfação das suas necessidades básicas; (iii) consolidar o poder político, fortalecendo a base social operária e baseada num campesinato forte; (iv) conquistar o que de essencial constitui o património científico e técnico de toda a Humanidade (Machel, 1983:102-104). Machel reconhecia também a gravidade da situação económica do país: estava-se a consumir mais do que se produzia; cerca de um quinto daquilo que se importava eram bens de consumo (carne, peixe e cereais) que o próprio país já tinha sido capaz de produzir internamente; e a própria indústria tinha fraca capacidade produtiva.

Estas evidências são consistentes com a tendência económica representada na figura 2. O quadro 2 fornece detalhes adicionais sobre o retrocesso económico na primeira década de independência. Tanto a produção agrícola como a industrial e de serviços diminuíram drasticamente em relação a 1973 e, mais tarde, também em relação a 1975. Em 1985 as exportações atingiram o nível mais baixo da primeira década de independência, correspondendo a somente 27% do valor do ano de 1981 e 26% do valor de 1974. Por sua vez, as importações diminuíram nos primeiros dois anos de independência, mas entre 1981 e 1986 aumentaram em mais de 100% relativamente a 1973-74.

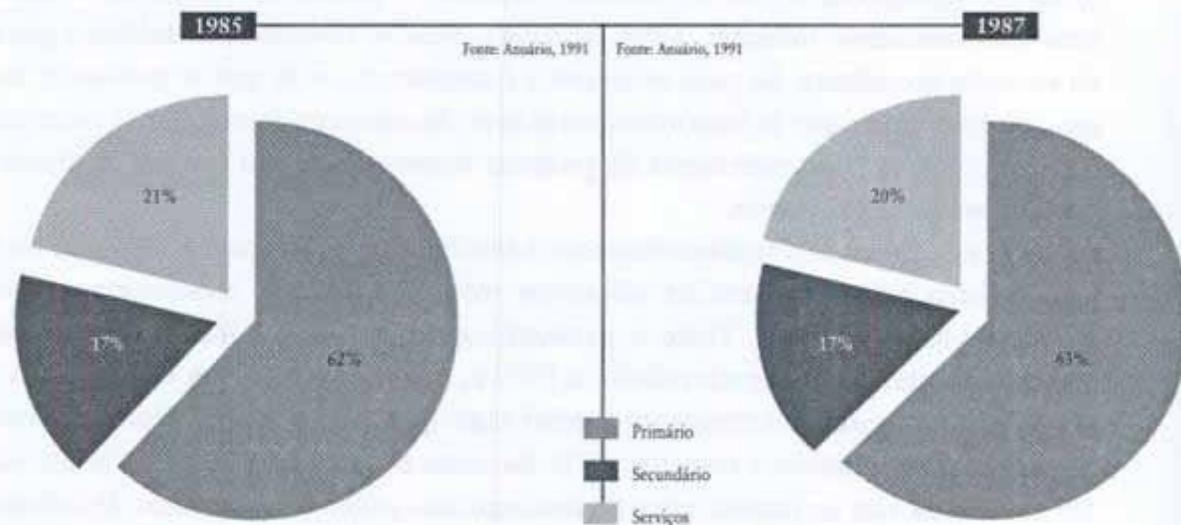
QUADRO 2: DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO EXTERNO EM ANOS ESCOLHIDOS ENTRE 1973 E 1986

	1973	1974	1975	1977	1981	1983	1985	1986
Desenvolvimento da produção PSG (bilhões de meticais, preços de 1980)	112	92	71	75	84	64	54	56
Agricultura	37	32	25	31	31	24	25	25
Indústria, pescas	42	35	28	28	34	23	15	15
Transportes	12	11	9	7	9	6	4	4
Exportação (milhões US\$, preços correntes)	226	296	185	153	280	132	77	79
Importação (milhões US\$, preços correntes)	465	460	395	336	801	636	424	543
Exportação/Importação (%)	49	64	47	45	35	21	18	15

■ Fonte: Abrahamson & Nilsson, 1994:47 ■

Ao fim de uma década de independência, a contribuição dos sectores económicos para o PIB tinha sido drasticamente alterada. Os gráficos da figura 9 mostram que a contribuição do sector terciário para o PIB passou da mais importante em 1973 (ver figura 3), para segundo lugar em 1985 e com tendência a diminuir ainda mais. Por sua vez, o sector primário passou do menos importante em 1973, para o sector mais importante em 1985-87. Esta alteração não foi o resultado de uma melhoria da actividade agrícola, mas sim de uma crise profunda do sector de serviços e do sector industrial.

FIGURA 9: ORIGEM DO PIB



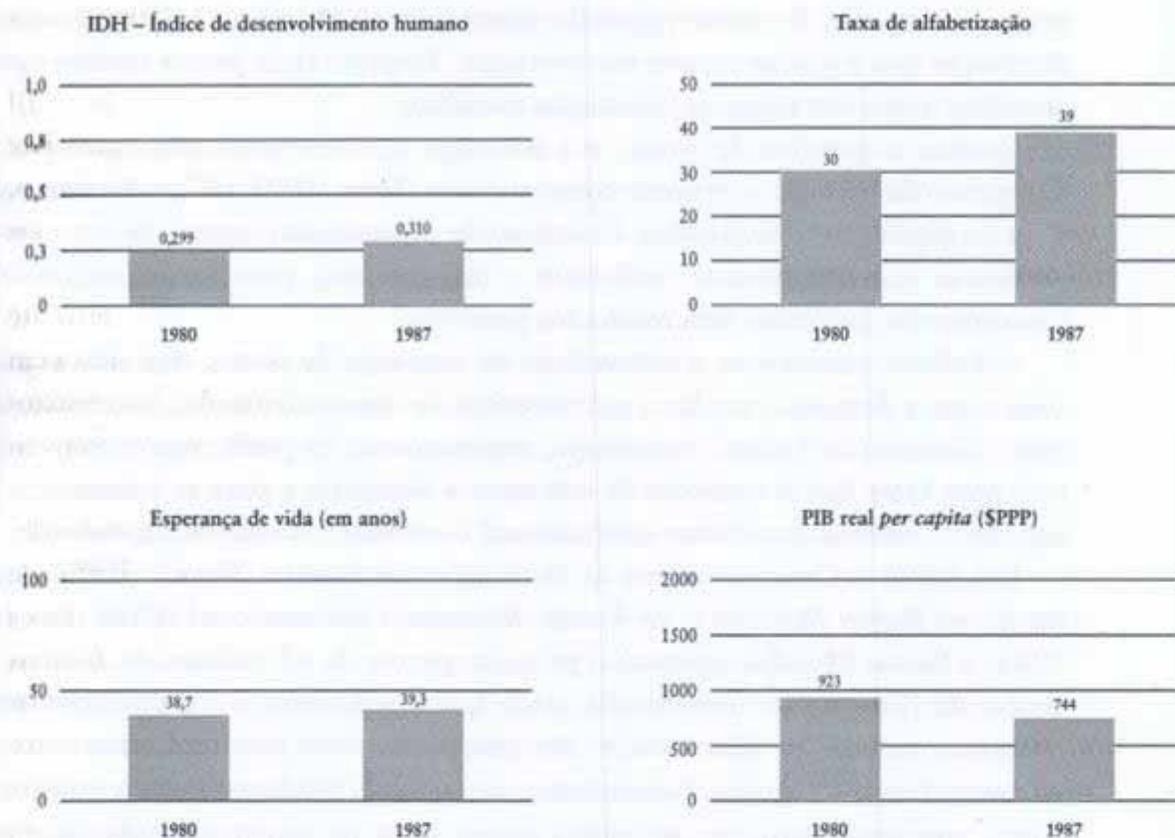
Em termos de bens alimentares, a produção local só satisfazia 10% das necessidades do mercado; a indústria trabalhava a cerca de 20-40% da sua capacidade instalada; os preços do mercado paralelo eram 20-40 vezes mais altos do que os preços oficiais (Abrahamsson & Nilsson, 1994:48). Em 1984, o PIB real era 45% do de 1973 e o PIB real *per capita* cerca de 35%.

#### Crescimento económico negativo, lento desenvolvimento humano

A experiência da primeira década de independência é importante para a avaliação da questão do desenvolvimento humano. Mesmo em situações de crescimento económico fraco é possível implementar políticas que contribuam para a melhoria do desenvolvimento humano. Mas claro, tais políticas serão insustentáveis se, a longo prazo, o crescimento económico permanecer fraco e negativo, como aconteceu na primeira década da independência.

O Governo investiu fortemente nos sectores da educação e da saúde, mas fê-lo sem olhar a custos ou à sustentabilidade económica desses investimentos. A figura 10 ilustra

FIGURA 10: DESENVOLVIMENTO HUMANO EM MOÇAMBIQUE, 1980-1987



o comportamento dos componentes do IDH, onde o aumento significativo da taxa de alfabetização contrasta com o declínio do PIB real *per capita*.

#### Estamos perto de acordar quando sonhamos que sonhamos

Estamos perto de acordar, afirmava Novalis, quando sonhamos que sonhamos. O IV Congresso da Frelimo, realizado em 1983, foi um dos momentos importantes do despertar para a necessidade de uma revisão substancial da estratégia económica e de desenvolvimento implementada na década anterior. Directa ou indirectamente, neste Congresso reconheceu-se o fracasso da estratégia socialista. Como resultado, criaram-se condições para a renovação e a própria sobrevivência da Frelimo e do seu Governo.

Várias foram as causas apontadas para o fracasso da estratégia socialista. Em termos de conteúdo referia-se que a tentativa de eliminação das forças económico-sociais que favoreciam as minorias tinha provocado reacções violentas, interna e externamente, com consequências trágicas para a maioria da população moçambicana (Casal, 1988; Geffray, 1991; Geffray & Petersen, 1985; Newitt, 1997). Nas décadas de 1980 e de 1990, uma parte importante dos conflitos armados e da guerra resultou de factores polí-

ticos conjunturais, de ordem regional e internacional. Mas seria incorrecto subestimar a destruição que a guerra causou na economia. Também faria pouco sentido continuar a acreditar numa estratégia de orientação socialista.

Quanto às questões de forma, se a estratégia de desenvolvimento estabelecida no III Congresso da Frelimo se assumia como correcta (Serra, 1993:167), a Frelimo optou por escrever direito por linhas tortas. O sistema de planeamento central, de cima para baixo, revelou-se economicamente ineficiente e insustentável, pois foram realizados vários investimentos avultados sem resultados positivos.

A Frelimo reconheceu a necessidade de mudança de rumo, mas não era claro até onde estaria disposta a mudar a sua estratégia de desenvolvimento. Isto numa altura em que o Governo da Frelimo necessitava, urgentemente, de pedir empréstimos internacionais para fazer face a situações de emergência alimentar e para se reintegrar e reconciliar com o sistema económico internacional dominante: o sistema capitalista.

Em 1984, o Governo aderiu às Instituições de Bretton Woods (IBWs), nomeadamente ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Em Junho de 1985, o Banco Mundial aprovou o primeiro pacote de 45 milhões de dólares; um mês depois do Governo ter introduzido, ainda que timidamente e a título experimental, as primeiras medidas de liberalização dos preços de certos produtos alimentares, principalmente frutas e vegetais. Subitamente, os mercados públicos ficaram repletos de produtos, num sinal claro que, até então, grande parte da comercialização fazia-se à margem do controle oficial dos preços ao consumidor (Francisco, 1987; Francisco *et al.*, 1987).

1985 foi, pois, o ano do início da despenalização dos preços de mercado, da eliminação do mercado paralelo de produtos básicos (alimentares e não alimentares), e do reconhecimento das relações de mercado em conformidade com as leis da oferta e da procura. A partir de 1987 o processo de reforma, rumo à transformação da economia socialista centralizada numa economia de mercado capitalista, adquiriu um enquadramento sistemático e amplo, com a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) apoiado financeiramente pelas IBWs.

### **2.3. Reestruturação económica capitalista: 1985-1994**

#### **O nível mais baixo de sempre da crise económica: o ano de 1993**

Uma vez mais, vale a pena voltar à figura 2 para apreciar o comportamento da economia e do padrão de vida que, em grande parte, motivou a segunda grande reestruturação económica pós-independência, entre 1985 e 1994. 1981 foi o melhor ano do pós-independência, mas foi também o início de uma deterioração económica ainda mais acentuada do que a da primeira década de independência política.

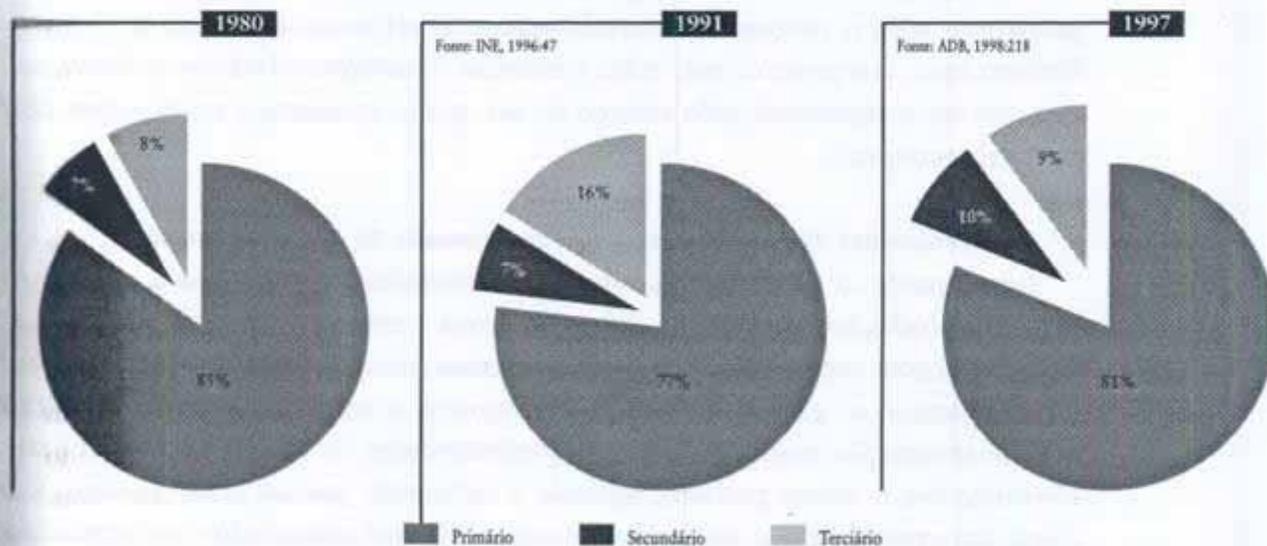
Em 1987, o PIB baixou, em volume e *per capita*, para menos de 10% dos níveis de 1973. No período 1987-89, o crescimento negativo foi substituído por um crescimento médio anual de cerca de 5%, para voltar a ser negativo nos anos posteriores, tendo atingido em 1993-95 os níveis mais baixos das últimas cinco décadas: 5,4% em volume e 3,6% *per capita*, relativamente a 1973 (Abrahamsson & Nilsson, 1994:51-62; Gobe, 1994:7-10; Hanlon, 1996:206; Romão *et al.*, 1998; Serra, 1993:168).

#### Apoio e consolidação das forças económico-sociais minoritárias nacionais

O processo de estatização da economia na primeira década de independência deu origem a mudanças incertas na distribuição da população activa. Isto é ilustrado pelos dados dos Censos de 1980 e 1997, bem como pelo Inquérito Demográfico de 1991.

Em 1980, o sector terciário possuía praticamente a mesma proporção de trabalhadores que em 1973, enquanto que no sector industrial tinha aumentado para mais do dobro. Em 1991, o sector secundário possuía a mesma proporção de força de trabalho existente em 1980, enquanto que no sector terciário aumentara para o dobro. Em 1997, verificam-se ligeiras mudanças entre os sectores, mas fica claro que a estratégia de modernização rápida do mundo rural, declarada nos primeiros anos de independência, não foi concretizada.

FIGURA 11: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA



O esforço de modernização acabou por se converter na mecanização e num investimento avultados nas machambas estatais, provocando instabilidade na pequena produção familiar. O significativo desenvolvimento industrial do período colonial tinha sido arruinado, tanto por causa do abandono das empresas por parte dos seus donos,

como pela ruptura das ligações financeiras, tecnológicas e de importação em que se apoiava.

A maioria da população continuava ocupada no sector primário, nomeadamente numa agrícola fortemente dependente das condições climáticas. A partir de 1985, com o início da liberalização económica, o comércio foi liberalizado em grande escala e as unidades agrícolas e industriais foram privatizadas. Em Setembro de 1995, 502 unidades económicas tinham já sido privatizadas. A maioria das pequenas e médias empresas foram vendidas a moçambicanos: metade por concurso público e metade por negociação (incluindo várias a personalidades militares e políticas); as maiores empresas foram vendidas a interesses estrangeiros (Hanlon, 1996:94-95).

A experiência de privatização confirma e reforça a tese de Serra (1993:iv) de que no período 1975-85 a economia política da formação social moçambicana consistiu num processo de recomposição social caracterizado pela progressiva estruturação de uma 'burguesia de Estado', constituída em torno do que se designa por 'complexo político-burocrático'. A estatização da produção e da sociedade serviu para fixar as bases da reprodução de uma nova burguesia nacional, enquanto que a tentativa de destruição do sistema 'tradicional-feudal' deu origem a estratégias diversas de sobrevivência e de resistência (Geffray, 1991; Serra, 1993).

O poder político da nova burguesia nacional reforça-se na segunda década de independência, com o processo de liberalização e de reformas económicas. O Governo da Frelimo teve, aos poucos, que ceder e instituir o multipartidarismo político, concessão esta que foi compensada pelo reforço do seu poder económico no processo de privatização da economia.

#### **Do planeamento de cima para baixo ao planeamento de fora para dentro**

Inicialmente, o PRE visava conter a crise económica, aumentar a eficiência económica e a produção e reduzir os défices internos e externos. Para tal, foram efectuadas desvalorizações sucessivas do metical, aumentaram-se os impostos sobre o rendimento e reduziram-se os gastos do Estado; começou-se a controlar o crédito e a criar uma melhor interacção entre o salário e a produtividade; os preços ao consumidor foram liberalizados; o sector privado, agrícola e industrial, passou a ser apoiado e tomado como uma prioridade; o investimento estrangeiro foi convidado e incentivado a investir no país.

A nova Constituição (1990) reconheceu formalmente o fim da República Popular e a substituição do sistema de economia centralmente planificada pela economia de mercado. Por sua vez, o PRE foi transformado em Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), reforçando a questão social. Todavia, o PRE-PRES é um programa de estabilização e ajustamento estrutural idêntico aos que têm sido implementados, a partir do final da década de 70, na maioria dos países da África sub-sahariana.

Várias são as opiniões sobre os programas das IBWs. Em Moçambique, um dos principais críticos é Hanlon, que afirma:

*[...] a estabilização e reajustamento tiveram efeitos catastróficos e a estratégia das IBWs simplesmente não criam crescimento numa economia de pós-guerra como a de Moçambique. A pobreza cresceu juntamente com o enorme alargamento do fosso entre ricos e pobres. A economia tornou-se dependente das importações, sobretudo para produtos de luxo mas também para os essenciais. A produção industrial está a cair. Há paz mas a economia não viu os dividendos da paz (1996:103).*

Mas outros autores contrapõem: se as IBWs estão a recolonizar os países, porque é que os seus Governos as aceitam? Para Landes (1999:509), a resposta é porque os governos não têm a quem pedir mais dinheiro emprestado, nem que seja apenas para se alimentarem a si próprios. Com o 'ajustamento estrutural', adianta Landes, o FMI paga aos governos dos países em desenvolvimento para que mudem de rumo; estes, por sua vez, aceitam-no com maior ou menor entusiasmo.

No caso particular de Moçambique, o Governo tem mostrado uma capacidade e vontade extraordinárias de substituir a racionalidade marxista-leninista pela racionalidade do mercado-livre globalizado. Esta capacidade surge não apenas como mérito da governação do país. Apesar dos sistemas económicos serem bastante diferentes, tanto a estratégia marxista-leninista como a do mercado-livre global veiculam uma visão de modernidade universalista ou unitária bastante simplista e de fácil assimilação, principalmente porque ambas se preocupam pouco com a diversidade histórica e cultural da sociedade. Castel-Branco, por exemplo, defende:

*Nem o PPI, nem o PRE encontraram respostas práticas e balanceadas para a relação entre o Estado e o sector privado, e para a orientação do processo de acumulação económica [...] Com o PPI, o único centro oficial de acumulação económica era o Estado, que para tal usava o mecanismo de planificação centralizada. Com o PRE, não só se deslocou o centro de acumulação para o sector privado, como a privatização foi entendida com solução final para a ineficiência empresarial (1994:147).*

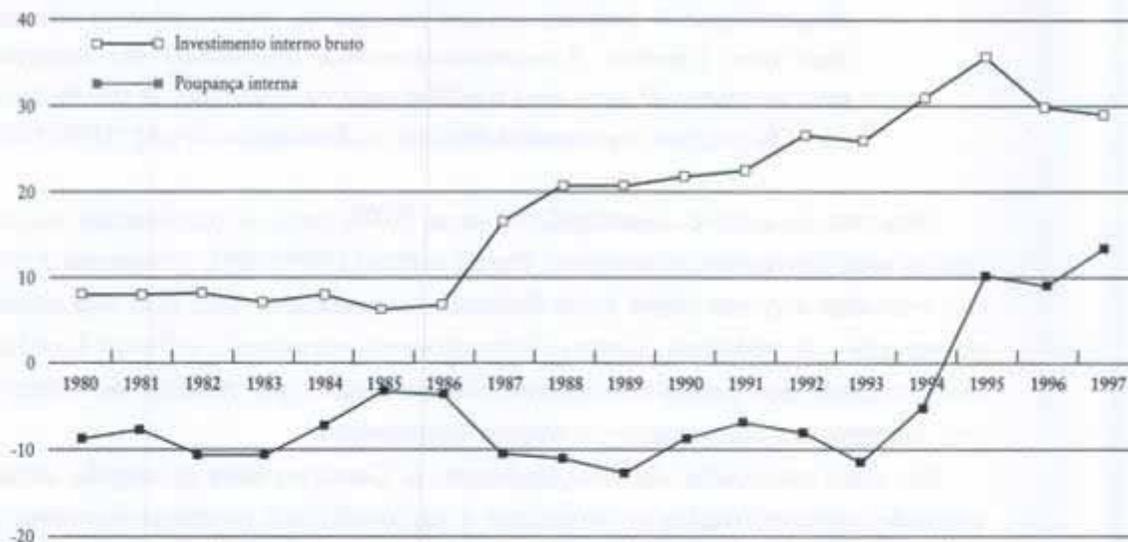
Recentemente, mesmo autores que defendem o aperfeiçoar do sistema capitalista, têm expresso uma crescente preocupação quanto à instabilidade que posições ideológicas extremas poderão continuar a gerar na economia internacional (Soros, 1998; Gray, 1998).

#### **Endividamento e dependência da ajuda e do investimento externos**

A figura 12 ilustra o comportamento económico nos últimos anos. Durante a década de 80, e até meados da década de 90, a poupança nacional foi negativa, chegando a atingir, em 1993, -11,4%. Por sua vez, o investimento interno bruto manteve-se abaixo de

10% do PIB até meados da década de 80, tendo recuperado, a partir de 1987, para níveis médios de 30% do PIB, nos anos 1995-97.

**FIGURA 12: POUPANÇA INTERNA E INVESTIMENTO INTERNO BRUTO (COMO PORCENTAGEM DO PIB), 1980-1997**



Esta fraca capacidade interna de financiamento da economia foi compensada pelo endividamento externo do país. Os gráficos da figura 13 ilustram o endividamento de Moçambique em comparação com o da África sub-sahariana. A dívida total de Moçambique aumentou de 1,83 biliões de dólares, em 1983, para 2,4 e 2,79 biliões de dólares, respectivamente, em 1984 e 1985.

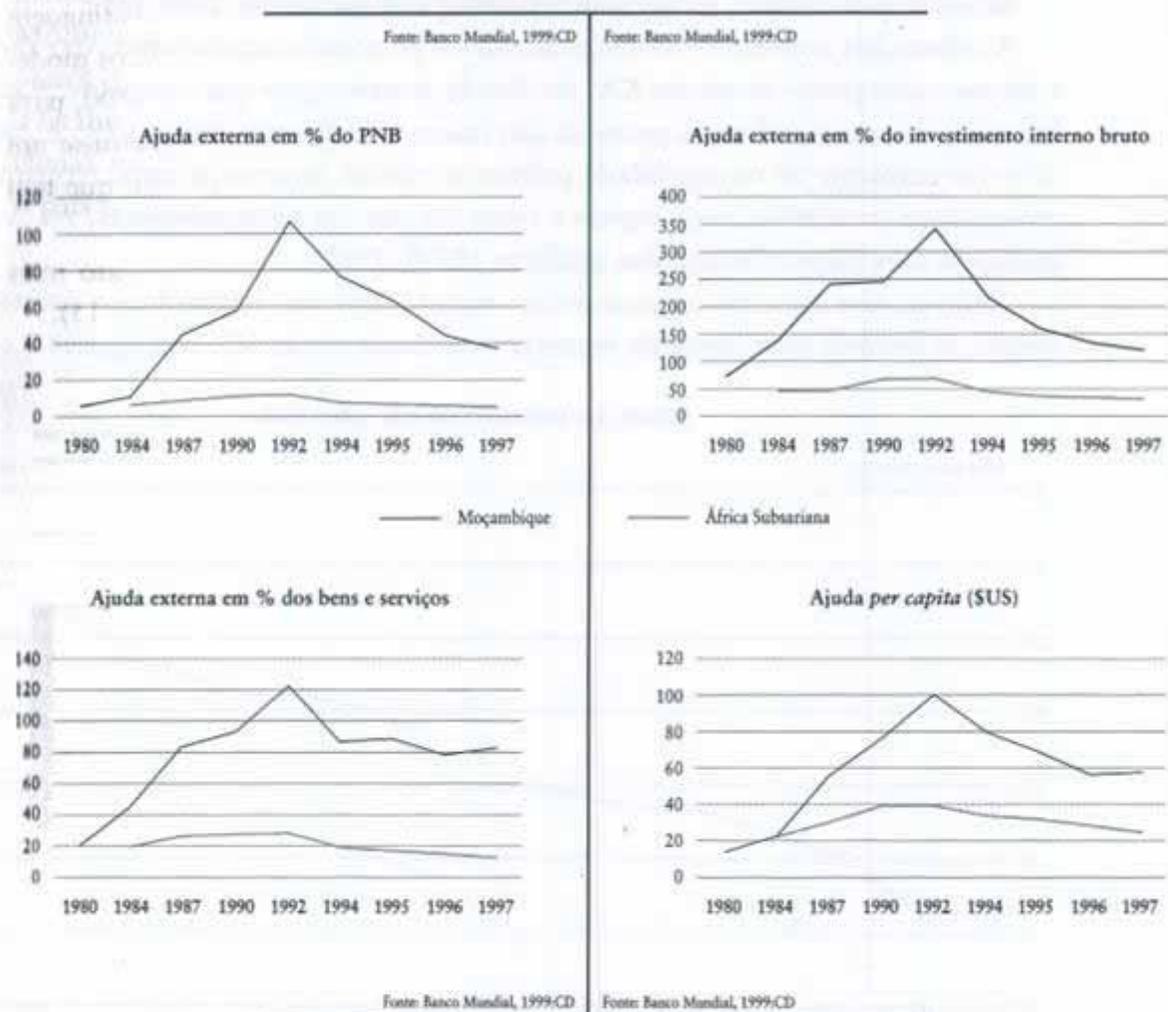
Uma década mais tarde a dívida externa oscilava entre 5.5 e 6 biliões de dólares (1995 e 1996). A consequência deste endividamento é que o serviço da dívida passou de 32% das exportações de bens e serviços, no início da década de 80, para 250% em 1986. Dez anos mais tarde o serviço da dívida tinha aumentado já para 1.172% das exportações de bens e serviços.

Em resumo, em quinze anos a dívida externa de Moçambique passou de 49 milhões de dólares em 1980, para 5877,6 milhões, em 1997, ou seja mais de 400% do valor do produto nacional bruto (World Bank, 1999a:231). O país continua a depender fortemente de donativos e empréstimos. Em meados da década de 80, a ajuda oficial para o desenvolvimento representava menos de 10% do produto interno bruto; uma década mais tarde representava cerca 70% do PIB (UNDP, 1998:173; World Bank, 1997:244).

### 3. O BALANÇO DAS REESTRUTURAÇÕES ECONÓMICAS E DO DESENVOLVIMENTO

Tal como indica o quadro 3, Moçambique possui actualmente três activos públicos preciosos: um crescimento económico positivo, elevado optimismo do mercado, paz e

FIGURA 13: AJUDA EXTERNA



estabilidade política. Mas Moçambique possui também três passivos extremamente pesados: mais de metade da população vive em estado de pobreza absoluta, um endividamento externo que, há quatro anos, era quatro vezes maior do que o PIB e um dos mais baixos índices de desenvolvimento do mundo.

QUADRO 3: BALANCETE ECONÓMICO E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Crescimento económico positivo	Elevada incidência de pobreza absoluta
Optimismo do mercado elevado	Envidadamento elevado
Paz e estabilidade política	IDH muito baixo

### Recuperação económica na primeira legislatura multipartidária: 1995-1999

As alterações políticas e institucionais são as principais características que distinguem o último quinquénio do século XX, da década anterior, pois que, no essencial, os modelos económicos de ambos os períodos são muito semelhantes. Entre 1995 e 2000, para além do ambiente de tranquilidade política e relativa segurança social, registou-se um crescimento económico mais rápido e firme do que em anos anteriores, facto que tem merecido apreciação positiva dos analistas (ADB, 1998).

Todavia, este crescimento económico recente deve ser analisado no contexto mais amplo da história económica da segunda metade do século XX (ver figuras 2 e 15).

FIGURA 14: EVOLUÇÃO DO PIB, 1985-1998



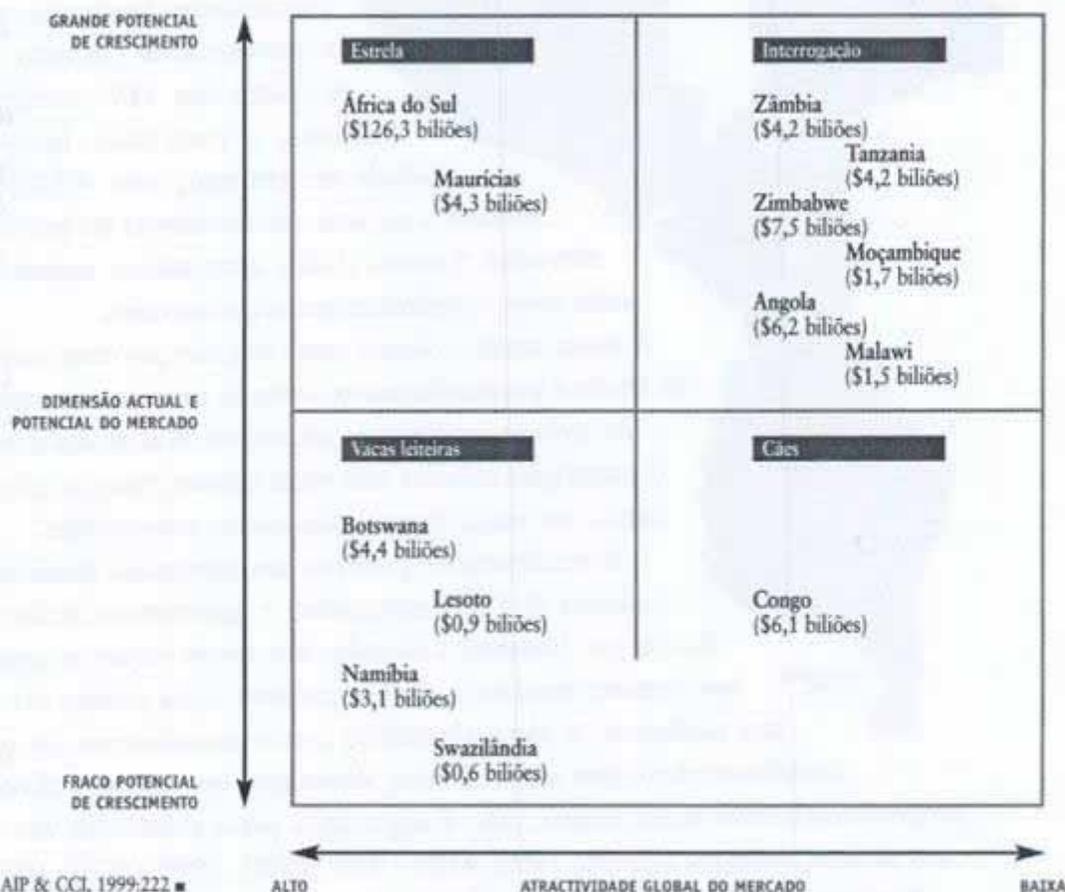
A partir de 1993, tem-se verificado uma recuperação progressiva e, pelo que parece, consistente do crescimento económico. Em 1997 e 1998, o PIB real ultrapassou, pela primeira vez em uma década, o limiar dos 10% do nível atingido em 1973. Contudo, o padrão de vida, medido através do PIB real *per capita*, continua na faixa dos 7-8% do nível atingido em 1973. Caso a vitalidade económica se mantenha, é possível, a médio prazo, que a economia de Moçambique alcance o nível das décadas de 1950-60.

### O actual ranking do mercado moçambicano na SADC – uma interrogação

Apesar de, a médio prazo, o crescimento económico recente ser menos impressionante do que uma perspectiva de curto prazo sugere, não deixa de ser encorajador que o mesmo país que, no início da década de 1990, chegou a ser classificado como o país mais pobre do mundo, antes dessa mesma década terminar figure já entre os países com

maior crescimento económico em África.<sup>18</sup> Como resultado, se o posicionamento de Moçambique, no quadrante 'Interrogação' da matriz sobre o potencial de mercado dos países da SADC, reproduzida na figura 15 (AIP & CCI, 1999:221-222), se fica a dever a factores como o reduzido mercado, a fraca capacidade de gestão económica e institucional, e às limitadas infra-estruturas, o World Economic Forum (WEF) considera que o país tem um potencial de crescimento, a médio prazo, de 5% ao ano.

FIGURA 15: RANKING DE MERCADOS NA SADC



**Muitos que têm pouco, poucos que têm muito**

Os dados do *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre as Condições de Vida 1996-97* (INE, 1998) testemunham as enormes assimetrias económicas do país, revelando que o consumo mensal médio real em Moçambique, há cinco anos atrás, era aproximadamente 160.780,00 meticais, ou US\$ 170, anuais por pessoa, à taxa de câm-

18 ■ Refira-se, no entanto, que atendendo aos dados do Banco Mundial (WB, 1999a:190-191) sobre o PIB *per capita* em 1997, Moçambique continuaria a ser classificado com o país mais pobre do mundo. Igualmente, os dados analisados neste relatório não incluem o impacto devastador das cheias de 2000.

MAPA 2: ÍNDICE DE INCIDÊNCIA DA POBREZA, POR GRANDES ZONAS (1996-1997)



bio média prevalecente à altura do Inquérito. A incidência da pobreza foi estimada em 69,4%, indicando que mais de dois terços da população – 11 milhões de pessoas – viviam em estado de pobreza absoluta.

Deste mapa fica a imagem de grandes disparidades regionais, verificando-se que a incidência da pobreza nas zonas rurais é da ordem dos 71%, contra 62% nas zonas urbanas; a taxa mais baixa é verificada na

Cidade de Maputo, com 47,8%. A zona Centro apresenta as taxas de incidência de pobreza absoluta mais elevadas. Outros dados estatísticos, apresentados em anexo neste livro, confirmam estas assimetrias.

A desnutrição crónica entre as crianças com menos de cinco anos de idade é particularmente elevada nas zonas rurais, com os pobres e não-pobres igualmente afectados. Nas zonas urbanas, as taxas de desnutrição crónica são mais baixas, mas as crianças pobres tendem a ser mais desnutridas que as não-pobres.

A incidência da pobreza nos agregados familiares chefiados por mulheres (1/5 dos agregados) é ligeiramente maior do que nos chefiados por homens. Contudo, nas zonas rurais os agregados chefiados por homens tendem a ser ligeiramente mais pobres do que os chefiados por mulheres. A ideia, defendida internacionalmente, de que os agregados familiares chefiados por mulheres, sobretudo por viúvas e divorciadas, são desproporcionalmente mais pobres, não é suportada pelas evidências do inquérito para o caso de Moçambique (DPDS; 1998; MPF-UEM-IPFRI, 1998:69-70, 107).

Nas zonas rurais, a quantidade de terra por agregado familiar é similar para pobres e não-pobres; nas zonas urbanas os primeiros tendem a possuir mais machambas do que os segundos. A distribuição da posse de terra é desproporcional entre os dois grupos. Cerca de 33% dos pobres estão no quartil mais baixo de posse de terra *per capita* e 15% no quartil mais alto, contra 22% e 25% dos não-pobres, respectivamente.

#### Crescimento económico rápido, desenvolvimento humano baixo

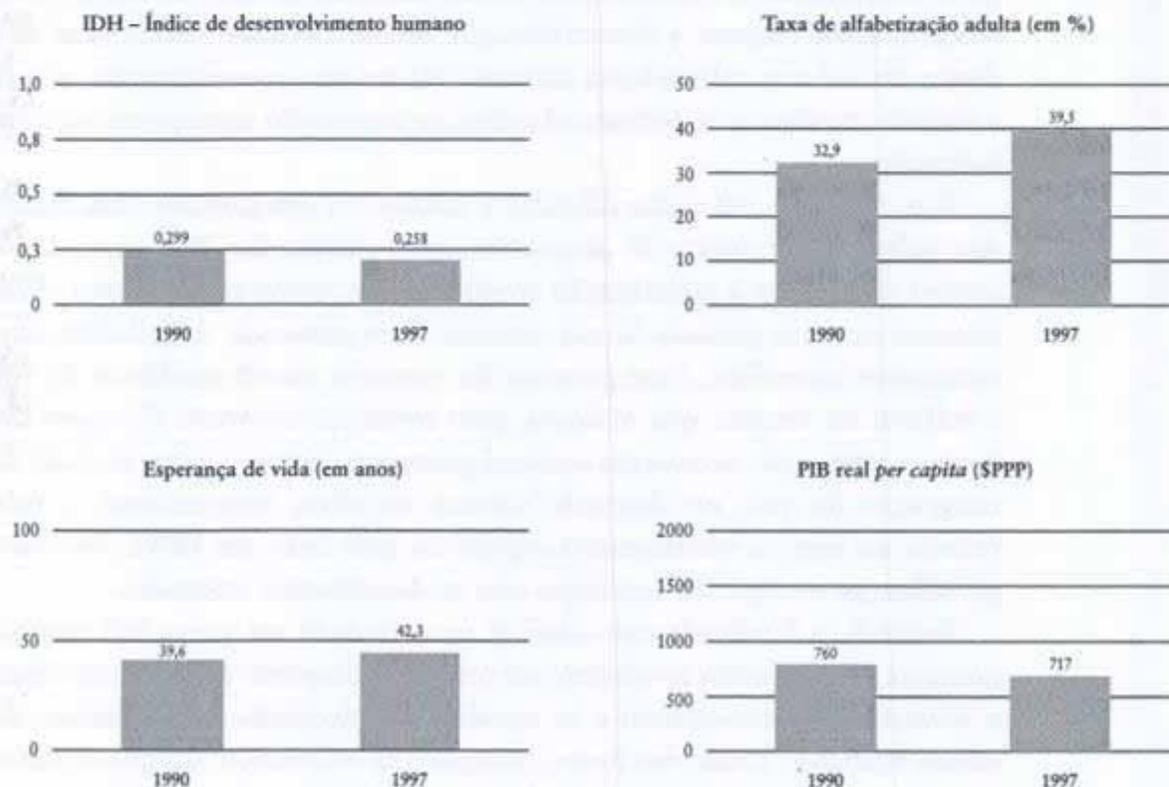
O WEF considera que a classificação de Moçambique como o 'país mais pobre do mundo' não espelha o seu potencial de crescimento (AIP, 1999:221). Mas a apreciação do WEF contrasta tanto com o panorama de pobreza absoluta acima descrito, como com o baixo índice de desenvolvimento humano em Moçambique (figura 16).

Na verdade, Moçambique encontra-se, presentemente, numa encruzilhada delicada: ou investe no aumento do desenvolvimento humano, assente num crescimento rápido, ou concentra-se e dá prioridade unicamente ao crescimento económico rápido, esperando que o desenvolvimento humano também acabe, eventualmente, por beneficiar dos dividendos de tal crescimento. A primeira alternativa pressupõe o desenvolvimento de uma economia 'virada para dentro', como sugere Osman:

*Uma economia nacional, em que o aumento da procura doméstica seja tão ou mais importante que as exportações. Um processo deste tipo, exige um Estado diferente, um Estado que queira servir a população em vez de a controlar, um Estado que queira também distribuir recursos e não cobrar apenas impostos (1998:86).*

Moçambique poderá, também, enveredar por uma economia virada para fora e esperar que o rápido crescimento económico melhore, eventualmente, o desenvolvimento humano da maioria da população. Mas tal opção foi já experimentada em Moçambique e o desfecho não podia ter sido mais trágico. Assim, resta-nos esperar que as forças económico-sociais minoritárias, que actualmente controlam os recursos e as instituições, se tornem mais virtuosas do que as elites do passado.

FIGURA 16: DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1990-1997



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo mostra que o PIB *per capita* de Moçambique aumentou de US\$ 260, no início da década de 1960, para US\$ 418 em 1973. Se 1973 foi o melhor ano económico na segunda metade do século XX, foi também o início de uma crise sem precedentes no país. Não obstante recuperações temporárias, a crise prolongou-se até atingir, em 1993, o seu nível mais baixo em cinco décadas: 5,4% do PIB real e 3,6% do PIB real *per capita* dos níveis atingidos em 1973. Desde 1993, tem-se verificado uma recuperação progressiva e, pelo que parece, consistente do crescimento económico. Mas, se a partir de 1997 o PIB real ultrapassou o limiar dos 10% do nível atingido em 1973, o padrão de vida, medido através do PIB *per capita*, continua entre os 7-8% do nível de 1973.

Embora as três reestruturações económicas aqui consideradas apresentem motivações, finalidades, estratégias e sistemas económicos bastante diferentes, afigura-se-nos mais importante avaliar as suas características comuns.

Primeiro, em todas elas tem-se argumentado que o insucesso das estratégias económicas implementadas se deve, principalmente, a factores desfavoráveis de ordem política, nacionais e internacionais, mas sobretudo externos ao controlo do país. Curiosamente, em cada uma das três reestruturações, a liderança política e governamental reagiu com uma retórica comum para justificar os maus resultados e insucessos dos modelos económicos e das estratégias de desenvolvimento. A administração portuguesa culpava as aspirações imperialistas da União Soviética comunista. Na segunda, o Governo moçambicano culpava a desestabilização militar causada pelo regime do *apartheid* na África do Sul e as calamidades naturais. Na terceira reestruturação, o endividamento e a elevada incidência de pobreza absoluta na população começam a ser imputados à globalização.

Este tipo de justificação dificulta a análise e a compreensão das fraquezas internas das próprias estratégias de desenvolvimento adoptadas. Por outro lado, muitas das actuais referências à globalização confundem-na, como refere Gray (1998:215), com o efémero projecto político de um mercado livre universal. A globalização, quando correctamente entendida, é um processo de crescente interdependência da vida económica e cultural no mundo, que remonta, pelo menos, à expansão Europeia do século XVI. Tanto a integração no sistema colonial português, como o curto período de tentativa de integração do país no chamado sistema socialista internacional e, recentemente, o retorno ao sistema internacional capitalista, pela mão das IBWs, são manifestações da globalização em que Moçambique está profundamente integrado.

Segundo, a finalidade e os ideais de modernidade em que as três reestruturações económicas se inspiraram revelaram um profundo desprezo pelas circunstâncias históricas, a diversidade sócio-cultural e os desafios de Moçambique no âmbito do desenvolvimento humano. Todas elas foram incapazes de estabelecer ligações e fluxos fortes, saudáveis e sustentáveis entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano.

O primeiro processo de reestruturação económica, na verdade o último da governação colonial portuguesa, falhou porque a governação colonial portuguesa recusou-se a promover o progresso social da população em geral e, em particular, de uma burguesia nacional minimamente capaz de evitar que a eliminação do sistema colonial conduzisse à destruição do sistema de mercado capitalista desenvolvido em benefício principalmente de uma minoria branca.

A segunda reestruturação económica, realizada pelo primeiro Governo moçambicano, entre 1975 e 1984, estendeu a todo o país a experiência e a estratégia de desenvolvimento que a Frelimo concebera no decurso da sua luta pela independência política. O espírito e substância desta estratégia de desenvolvimento foram explicitamente fixados na Constituição da República Popular e, de facto, antecipados por Mondlane, na visão do futuro que esboçou no livro *Lutar por Moçambique* (1977): promover o progresso económico e social assente em largas bases, eliminando as forças económico-sociais que favoreciam as minorias, através de um forte planeamento central.<sup>19</sup>

Esta estratégia económica e de desenvolvimento falhou, tanto na forma como no conteúdo. No conteúdo, porque a tentativa de eliminação das forças económico-sociais que favoreciam as minorias provocou violentas reacções, de inspiração interna e externa, com consequências trágicas para a população moçambicana. Quanto aos aspectos de forma, o sistema de planeamento central, de cima para baixo, revelou-se economicamente ineficiente e insustentável.

A terceira reestruturação económica (1985-1994) assentava em objectivos a alcançar a curto prazo: reverter e superar as causas imediatas da crise económica e da guerra. Contudo, para além da reforma económica, ocorreram também profundas reformas políticas, administrativas e legislativas, de entre as quais se destaca a substituição do sistema monopartidário por um sistema multipartidário. Neste contexto, o Governo da Frelimo não só sobreviveu às reformas mas, de facto, liderou-as e procurou tirar o melhor proveito delas. Ironicamente, o processo de apropriação e estatização da economia em nome do povo não conduziu à socialização do país, tendo sem dúvida, concentrado poder suficiente na classe político-administrativa. Neste contexto, o planeamento central, de cima para baixo, deu lugar ao planeamento de fora para dentro, em que as instituições e representantes dos doadores internacionais passaram a desempenhar um papel activo na direcção e gestão económicas.

Entretanto, após mais de uma década de reestruturação económica, social e política profunda, Moçambique acumula actualmente três activos públicos preciosos: um crescimento económico positivo, elevado optimismo do mercado, paz e estabilidade política.

<sup>19</sup> Este projecto referia-se não apenas as minorias raciais, mas à formação de grupos africanos privilegiados susceptíveis de concentrarem a riqueza e os serviços em pequenas áreas do país e nas mãos de poucos.

Mas Moçambique possui também três passivos extremamente pesados: mais de metade da população vive em condições de pobreza absoluta, um endividamento externo que há quatro anos era quatro vezes maior do que o PIB e um dos índices de desenvolvimento mais baixos do mundo.

A fragilidade da economia de Moçambique persistirá enquanto o país continuar a depender, como actualmente, de empréstimos e donativos externos para minimizar os elevados desequilíbrios deficitários da balança de pagamentos, sustentar o crescimento económico positivo recente, e melhorar o desenvolvimento humano da população. Em última instância, a superação da fragilidade económica dependerá do processo de desenvolvimento do potencial económico-social das minorias nacionais actualmente dominantes e, em particular, da sua capacidade de desenvolver a economia em conformidade com a diversidade e com as necessidades sociais e culturais do país.

O processo da modernização exige, por um lado, que seja efectuado em conformidade com as circunstâncias históricas, a diversidade sócio-cultural, e os desafios que se colocam ao desenvolvimento económico e humano de Moçambique. Por outro lado, o tipo de economia a desenvolver em Moçambique, nas próximas décadas, será crucial para a estabilidade do país a longo prazo. Por que alternativa optar? Uma economia predominantemente virada para, ou mesmo dominada pelas, necessidades da procura externa aliada a uma minoria interna? Ou uma economia progressivamente estruturada e virada para a satisfação das necessidades da população e, em particular, do crescimento do mercado interno e satisfação progressiva da procura interna da população em geral?

Este é o grande desafio com que se confrontam os governos que estão a surgir no contexto da legislatura multipartidária actual. A primeira legislatura multipartidária caracterizou-se por um ambiente de diálogo, paz e estabilidade política. Enquanto isso, o Governo assegurou a continuidade do financiamento externo e, mais recentemente, o perdão de uma parte importante da sua dívida, em troca de reformas económicas e sociais adicionais, tais como: a criação de um clima favorável ao investimento privado, nacional e estrangeiro; a redução do défice orçamental e do desequilíbrio da balança de pagamentos; e a continuação do processo de privatização.

Contrariamente à fantasia ideológica do mercado-livre global, o país certamente precisa de mais governação e administração estatal. O problema não está em defender-se uma intervenção activa do Governo e do Estado na economia e no desenvolvimento, outrossim, deriva da natureza, finalidade e métodos de tal intervenção. A longo prazo, a estabilidade das minorias nacionais irá ser condicionada por dois factores principais. Por um lado, a capacidade real de substituírem a dependência e o endividamento externos por um forte mercado interno e um investimento amplo no aumento da procura interna, da produção e da produtividade nacionais. Por outro lado, o fortalecimento de ligações e de fluxos fortes e sustentáveis entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano da população moçambicana em geral.

Em suma, Moçambique tem várias opções. Pode enveredar por uma economia não só aberta ao exterior como, de facto, ao serviço dos interesses e prioridades do exterior, esperando que o rápido crescimento económico, eventualmente, melhore o desenvolvimento humano da maioria da população. Contudo, os resultados desta opção, já experimentada em muitas partes do mundo - incluindo Moçambique - são bem conhecidos pelas suas consequências trágicas. Resta-nos, então, esperar que as forças económico-sociais minoritárias que, actualmente, controlam os recursos e as instituições, se esforcem e demonstrem, de facto, serem mais virtuosas do que o foram, no passado, as elites nacionais e estrangeiras.<sup>20</sup>

20 ■ Este capítulo foi escrito há três anos e desde então surgiram outras ideias que justificariam voltar ao texto, por forma a esclarecer e aprofundar algumas secções. Durante este período, o desempenho da economia nacional apresentou aspectos positivos e negativos, sendo difícil fornecer um balanço justo deste processo em poucas linhas. Entre os aspectos positivos, destaca-se o arranque do mega-projecto da MOZAL, o qual introduziu uma nova dinâmica na produção da riqueza nacional. No lado negativo, as cheias do ano 2000 surgem como o fenómeno principal, embora tal se deva, parcialmente, ao carácter espectacular das mesmas. Se bem que ainda seja cedo para fazer um balanço, não seria de admirar que a recuperação em curso, graças à ajuda internacional, venha a compensar significativamente os estragos materiais causados pelas cheias de 2000. O mesmo já não se pode dizer da profunda pobreza e da ameaça do HIV-SIDA, dois fenómenos que os mega-projectos e a ajuda internacional sozinhos não poderão superar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMSSON, HANS; NILSSON, ANDERS (1994). *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo, Padrigu.
- ADB (AFRICAN DEVELOPMENT BANK) (1998). *African Development Report 1998: human capital development*. New York, Oxford University Press.
- AIP (ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA) & CCI (CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA) (1999). *Guia de Moçambique: Estudo de Oportunidade para as Empresas Industriais Portuguesas*. Lisboa, Associação Industrial Portuguesa.
- ALONI, DAVID (1999). «Por um desenvolvimento equilibrado e harmonioso do país», *Demos* 252, 11 de Agosto, 4.
- CASAL, ADOLFO (1988). «A crise da produção familiar e as aldeias comunais em Moçambique», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 8/9, 157-191.
- CASTEL-BRANCO, CARLOS NUNO (1994). «Problemas estruturais de industrialização». In Castel-Branco, C.N. (org.). *Moçambique: perspectivas económicas*. Maputo, UEM, 87-157.
- CEA (1982). *Métodos Empíricos*. Maputo, UEM.
- DPDS (DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL) (1998). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: primeira avaliação nacional (1996-97)*. Maputo, Ministério do Plano e Finanças.
- FERREIRA, ANTÓNIO RITA; NUNES DE SOUSA, FERNANDO B. M.; RAMOS, JOSÉ; DE SOUSA RODOLFO S. (1973). *IV Plano de Fomento. Parte III, relatórios sectoriais*. Vol. 8 – Mão de Obra e Formação Profissional. Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica.
- FRANCISCO, ANTÓNIO; RIBEIRO, ANA M.; PANCAS, MARINA; BAPTISTA, BELMIRO (1987). *Estudo do sistema de mercado de hortícolas e frutas e impacto da liberalização dos preços*. Maputo, Tempográfica.
- FRANCISCO, ANTÓNIO (1987). *A produção e a comercialização de hortofrutícolas da zona suburbana para a cidade de Maputo no contexto da liberalização dos preços*. Maputo, Faculdade de Economia, UEM.
- FNUAP (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO) (1999). *A Situação da população mundial 1999*. New York, FNUAP.
- GEFFRAY, CHRISTIAN; PETERSEN, MOGENS (1985). *Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no Erâti*. Maputo (mimeo).
- GEFRAY, CHRISTIAN (1991). *A Causa das Armas*. Porto, Afrontamento.
- GENTILI, ANA MARIA (1999). *O Leão e o Caçador: uma história de África sub-saariana*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.
- GOBE, ARTUR (1994). «A situação económica do país». In Castel-Branco, C.N. (org.). *Moçambique: perspectivas económicas*. Maputo, UEM, 4-40.
- GRAY, JOHN (1998). *False Dawn: The delusions of global capitalism*. New York, New Press.
- HANLON, JOSEPH (1996). *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo, Imprensa Universitária.
- HENRIKSEN, THOMAS H. (1978). *Mozambique: A history*. London, Rex Collings.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997). *Anuário estatístico 1996*. Maputo, INE.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998). *Inquérito nacional aos agregados familiares sobre as condições de vida (IAF). Relatório dos resultados gerais*. Maputo, INE.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA** (1999). *II recenseamento geral da população e habitação 1997. Resultados definitivos*. Maputo, INE.
- LANDES, DAVID S.** (1999). *The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor*. New York, Norton.
- MACHEL, SAMORA MOISÉS** (1983). *A luta contra o subdesenvolvimento*. Maputo, Partido Frelimo.
- MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS, UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE, INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE** (1998). *Pobreza em Moçambique: perfil, determinantes e implicações para as políticas*. Maputo, Direcção Nacional de Plano e Orçamento.
- MONDLANE, EDUARDO** (1977). *Lutar por Moçambique*. Lisboa, Sá da Costa.
- MOURA, FRANCISCO PEREIRA; AMARAL, MARIA FERNANDA** (1976). *Estimativa do produto interno de Moçambique: 1970-73-75*. Maputo, Imprensa da UEM.
- MOURA, FRANCISCO PEREIRA; AMARAL, MARIA FERNANDA** (1977). *Estimativa do produto interno de Moçambique: 1970-73-75*. Maputo, UEM.
- NEWITT, MALYN** (1997). *História de Moçambique*. Lisboa, Europa-América.
- OSMAN, MAGID** (1998). «As chances de uma economia virada para dentro». In *Paz e Crescimento Económico: oportunidades para o desenvolvimento humano*. Relatório do Desenvolvimento Humano 1998. Maputo, UNDP.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO** (1973). *Projecto do IV Plano de Fomento. Tomo III*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RAMIREZ, ALEJANDRO; RANIS, GUSTAV; STEWART, FRANCES** (1998). «Economic growth and human development», Queen Elizabeth House, *Working Paper Number 18*.
- RANIS, GUSTAV; STEWART, FRANCES** (1999). «Strategies for success in human development». *First Global Forum on Human Development*, 29-31 July 1999. New York, Human Development Report Office.
- ROMÃO, ANTÓNIO; COSTA, CARLA G.; REIS, MARIA DO CÉU C.; REIS, FIDEL C.** (1998). *Moçambique*. Lisboa, Montepio Geral.
- SEN, AMARTYA** (1999). «Keynote speech; a decade of human development». *First Global Forum on Human Development*, 29-31 July 1999. New York, Human Development Report Office.
- SERRA, ANTÓNIO M. DE ALMEIDA** (1993). *Moçambique: da independência à actualidade. Evolução económica e social 1975-1990*. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- SILVA, JOSÉ JÚLIO CRAVO** (1966). «Aspectos do Rendimento Nacional de Moçambique». In *Moçambique: Curso de Extensão Universitária. Ano lectivo de 1964-1965*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, 231-264.
- SOROS, GEORGE** (1998). *A crise do capitalismo global: a sociedade aberta ameaçada*. Lisboa, Temas e Debates.
- THE ECONOMIST** (1994). *Guia dos indicadores económicos para entender a economia*. Lisboa, Caminho.
- TIBANA, ROBERTO J.** (1994). «Mozambique commodity and policy shocks: terms of trade changes, the socialist 'big-push', and the response of the economy (1975-1986)», Centre for the Study of African Economies, *Working Paper Series*, 94.
- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME)** (1990). *Human development report 1990*. New York, Oxford University Press.

- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME) (1994). *Human development report 1994*. New York, Oxford University Press.
- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME) (1995). *Human development report 1995*. New York, Oxford University Press.
- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME) (1996). *Human development report 1996*. New York, Oxford University Press.
- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME) (1997). *Human development report 1997*. New York, Oxford University Press.
- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME) (1998). *Human development report 1998*. New York, Oxford University Press.
- UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME) (1999). *Human development report 1999*. New York, Oxford University Press.
- WORLD BANK (1997). *Vital Statistics: a publication of the World Bank's Mozambique resident mission*, vol.4(2). Maputo, World Bank.
- WORLD BANK (1999a). *World Development Report 1998/99: knowledge for development*. New York, Oxford University Press.
- WORLD BANK (1999b). *World development indicators 1998*. Washington, DC.